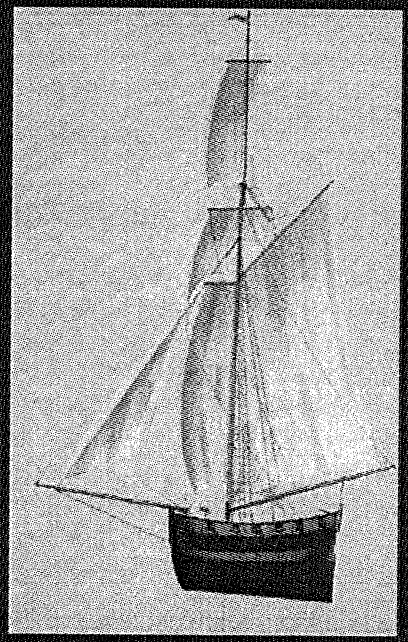
Série Ciência

BRITÂNICOS NO PRATA

CAMINHOS DA HEGEMONIA



FERNANDO CAMARGO

História

EDIUPF

BRITÂNICOS NO PRATA

CAMINHOS DA HEGEMONIA

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

ELYDO ALCIDES GUARESCHI
Reitor

LORIVAN FISCH DE FIGUEIREDO
Vice-Reitor de Graduação

TANIA MARIZA KUCHENBECKER RÖSING
Vice-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

ILMO SANTOS
Vice-Reitor Administrativo

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Telisa Furlanetto Graeff
Diretora

EDITORA UNIVERSITÁRIA

BENEDITO HESPANHA
Coordenador Geral

CONSELHO EDITORIAL

TANIA MARIZA KUCHENBECKER RÖSING
Presidente

BENEDITO HESPANHA
Coordenador

CEZAR AUGUSTO GARBIN
CLEIDE FÁTIMA MORETTO
ELLI BENINCÁ
ERLEI MELO REIS
IBSEN TRINDADE
MÁRIO MARTINS MATEIRO
SELINA MARIA DAL MORO
TELISA FURLANETTO GRAEFF
Conselheiros Efetivos

FERNANDO CAMARGO

BRITÂNICOS NO PRATA

CAMINHOS DA HEGEMONIA

EDIUPF

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
1996

SÉRIE CIÊNCIA HISTÓRIA

Copyright: Direitos exclusivos para esta edição:EditoraUniversitária

Primeira edição: 1996

CARMEN MARIA WEIRICH COLNAGHI
MARCO ANTÔNIO BOMFOCO DE ALMEIDA
MARIA EMILSE LUCATELLI
Revisão de linguagem

LABORATÓRIO DE PUBLICIDADE
Produção da capa

CARLA LETUZA MOREIRA E SILVA
Diagramação

FICHA CATALOGRÁFICA

C172b Camargo, Fernando da Silva
Britânicos no Prata: Caminhos da hegemonia/ Fernando da Silva Camargo. -- Passo Fundo : Ed. Universitária UPF, 1996.
169 p.
1. América do Sul - presença britânica - História 2. Bacia do Prata - presença britânica - História 3. Historiografia I. Título.
CDU 98(=1.420)

Catalogação na fonte: Vladimir Luciano Pinto / CRB - 10/1112

ISBN 85-86010-10-3

Este livro no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito dos autores ou da Editora.

EDITORA UNIVERSITÁRIA
Campus I, Bairro São José
Telefone: (054) 311 1400 - Fax: (054) 311 1307
99001-970 - Passo Fundo - RS

À princesa que viveu, como ninguém,
esse processo.
Ainda que a fluidez do tempo
separe almas, é sempre possível resgatar os
vestígios da vida.

APRESENTAÇÃO

A especulação histórica sobre a presença britânica na América do Sul tem o atrativo especial da aventura e do exótico. Da aventura, por parte de quem se embrenha no emaranhado das disputas entre as potências pela posse ou controle das fontes de matérias-primas indispensáveis à alimentação de suas manufaturas e parques industriais, arrancada da Revolução Industrial. Do exótico, porque o teatro onde os atores do drama se confrontam no desempenho de seus respectivos papéis é, sem dúvida, revestido de cenários bem mais pitorescos que os cruzados habitualmente pelos apressados da *City* ou pelos românticos apreciadores da aprazível vista descortinada de Westminster Bridge, que arrancou de Wordsworth o célebre verso: *Earth has not anything to show more fait.*

É claro que o conceito de *exótico* depende fundamentalmente de quem vai ao encontro de quem ou do quê, como também dos valores ou visões do mundo que cada um carrega consigo. Os conflitos que a cada passo se estabelecem devem tanto a in-

teresses desafinados, como à imagem que cada agente tem de si próprio e projeta sobre o outro.

Os contrastes são impressionantes e o *choque* - na acepção inglesa do termo - pode haver sido, mais que psicológico, algo verdadeiramente físico. Londres, em 1801, já conta com 1 114 644 habitantes; Montevidéu anda ao redor de quinze mil almas. Toda a Argentina mal alcança a cifra de setecentos mil, se incluídos cerca de duzentos mil índios bravios. Na década de 1930, só as 75 mil prostitutas londrinas superam em número os moradores de Buenos Aires e toda a população da República Oriental. Mas, pela mesma época, dos trapiches portenhos saem, anualmente, para as ilhas cerca de oitocentos mil couros vacuns, e pastam ao léu, nas campinas uruguaias, dois milhões de cabeças de gado. Na placidez de Assunção, enquanto isso, *El Supremo* desfruta o sabor de sua *ditadura perpétua* e fecha o Paraguai a toda a comunicação com o exterior.

Com habilidade de mestre, Fernando da Silva Camargo conseguiu eludir a sedução do exótico, tão encontradiça na trilha do individualismo metodológico, embora as páginas deste livro estejam repletas de protagonistas cujas vidas são ecletismo bem elaborado, cruzando dialeticamente o descritivo e o horizontal do *como* - na feliz indicação de Alberto Rocha Barros em *O violino de Einsten* - com o *porquê* explicativo e vertical. Consegue, porém, preservar o tríptico braudeliano dos tempos: a quase imobilidade do geográfico, a lentidão do social e a aceleração do individual.

A opção do autor por um trabalho fundamentalmente alicerçado na produção bibliográfica, cuja seleção de títulos, por si, é um atestado de amadurecimento intelectual, vem demonstrar que uma boa poltrona é, às vezes, um lugar tão privilegiado para o historiador quanto as empoeiradas estantes dos arquivos. Em *Britânicos no Prata - caminhos da hegemonia*, ele conseguiu produzir um livro denso e agradável de ler, o que, no gênero, é cada vez mais raro.

Porto Alegre, junho de 1996.

Earle D. Macarthy Moreira
Curso de Pós-Graduação em
História - PUC RS

SUMÁRIO

1

CAMINHOS FLUÍDOS / 19

As águas / 24
O desvio / 34

2

CAMINHOS HISTÓRICOS / 41

Rota de colisão / 46
Encruzilhada / 64
Convergência / 81

3

CAMINHOS HISTORIOGRÁFICOS / 95

Atalhos / 100
Vias expressas / 105
Rotas da justificação / 111

Trilhas da conspiração / *117*
Espaços abertos / *122*

4

TENDÊNCIAS NA PULVERIZAÇÃO / *127*

Rotas do circo: pulverização / *132*
- *Malabaristas* / *134*
- *Palhaços* / *138*
- *Domadores* / *142*
- *Cobradores* / *145*

A opção do circo: tendências / *146*

Conclusão / *155*

Bibliografia / *161*

PRÓLOGO

Este trabalho foi estruturado, a princípio, como dissertação de mestrado, defendida no ano de 1993. Hoje, teria sido escrito de outra forma e partido de outras perspectivas. Foi nesse sentido que ele passou por uma pequena revisão, em que se tentou manter as linhas mestras da interpretação e, mesmo, da narrativa original. Apenas alguns detalhes e elementos foram alterados para que não se perdesse toda a caracterização e contextualização da época em que foi elaborado.

Uma das preocupações, quando do término da elaboração do texto primitivo, apresentada formalmente em sua conclusão, era com o seu destino: o mofo de umas poucas prateleiras de bibliotecas universitárias, verdadeira sina a que está sujeita a maioria das dissertações e teses acadêmicas em nosso país. A publicação desta obra agora indica uma possiblidade de o trabalho escapar desse destino.

Se *Britânicos no Prata - caminhos da hegemonia* não conseguir, contudo, atingir um público-leitor mais amplo, não terá sido por falta de interesse, medo

de se expor ou carência de ambição de seu autor. Ao contrário, desde sua idealização até sua apresentação formal, tomou-se o cuidado de dotar o trabalho de uma *alma* - a *alma* do autor -, com suas convicções, seus esforços, seu empenho em acertar, mas, também, com as deficiências próprias da condição humana, que a crítica tem obrigação de pôr a nu. A marca mais aguda de tal essência vital chama-se *polêmica*. A obra não foi criada para a indiferença, única reação que a torna completamente inútil e sem propósito.

Este trabalho, assim, não se encerra com o ato de conclusão do texto, colocando-lhe um ponto final. Toda vez que alguém o leia e, conseqüentemente, chegue às suas próprias considerações sobre os temas apresentados, ele reabrirá novas perspectivas.

Defesa de hipótese, resumo histórico, crítica historiográfica, ensaio de proposta teórico-metodológica, *Britânicos no Prata* tem um caráter multifacetário, ainda que busque formar um conjunto sincrônico. A pluralidade convergente foi uma necessidade metodológica que se impôs para que se assegurasse sua natural pretensão polêmica. Isso, surpreendentemente, acabou por se adaptar à idéia de *tendências na pulverização*.

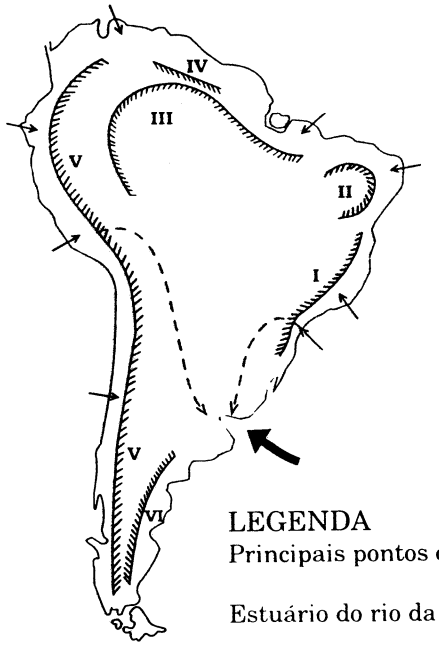
A postura que se adotou para o desenvolvimento e elaboração do trabalho foi a de encarar objetivamente a noção defendida por *Peter Gay*, de que as obras historiográficas se formam, umas mais, outras menos, por três elementos constitutivos - arte, filosofia e ciência -, as quais foram perseguidas com muito empenho embora os resultados nem sempre tenham se mostrado plenamente satisfatórios. Valeu, porém, a tentativa pela lição aprendida de que aqueles elementos inerentes ao ofício do historiador não devem ser hipertrofiados sob pena de se gerarem desequilíbrios irreversíveis no *corpus*, que se pretende inteligível e harmônico.

O trabalho pode ser considerado demasiadamente sintético em algumas passagens. Isso, contudo, não deve ser encarado como descuido e, sim, como opção consciente. Preferiu-se correr o risco de perder alguns detalhes de pouca significação do que tornar o texto demasiadamente prolixo, redundante ou detalhista.

O ideal, na presente pesquisa, seria que se mesclassem as fontes historiográficas com as fontes primárias. Mas a absoluta impossibilidade de acesso às últimas, aliada à intransigente disposição de tratar do tema específico, levou a que fosse elaborada com o que havia à mão, no caso, os autores que operaram, específica ou parcialmente, com as presenças britânicas no Prata. Caso se tenha nova oportunidade, o tema será retomado a partir de fontes documentais, como uma extensão necessária da presente pesquisa; aliás, este é outro motivo que explica não estar esta dissertação conclusa no momento em que se terminou de elaborar o texto.

Permeado de afirmações, por vezes bastante enfáticas, e rico de postulações subentendidas entre as metas do trabalho, o convencimento cedeu espaço à dúvida. Isso deve ser sentido como parte de um processo, infindável, de amadurecimento intelectual na medida em que se procurou fugir do dogmatismo e do discurso de autoridade.

PENETRAÇÃO EUROPÉIA NA AMÉRICA DO SUL



LEGENDA

Principais pontos de penetração

Estuário do rio da Prata

Avanço luso-espanhol no Prata

Área aproximada da bacia do Prata

Obstáculos naturais

I - Planalto Brasileiro
II - Polígono da Seca (Caatinga)
III - Floresta Equatorial Úmida (Amazônia)
IV - Planalto das Guianas
V - Cordilheira dos Andes
VI - Estepes Geladas (Patagônia)

Fonte: Elaboração do Autor.

1

CAMINHOS FLUIDOS

el rio Argétino o rio
dela Plata es llamado por los indios Parána
que quiere dezir mar por su grãdeza
M. Centenera (1602)

Sempre existe uma certa dificuldade quando se busca definir o termo *caminho* uma vez que ele está além de uma compreensão pura, por si mesmo. Em outras palavras, *caminho* não se constitui num objeto, mas, sim, numa situação: num processo. Quando se busca a compreensão do termo ao limite de sua significação e abrangência, pode-se chegar, inclusive, até ao questionamento dos limites do conhecimento humano. A questão que se propõe, então, é: Seria possível conceber o *caminho* como um objeto cognoscível em termos de concretude?

Para o historiador, a questão leva a outras, que abrangem os limites e as possibilidades de sua especialidade. Problemas, como as oposições historicamente situadas entre materialismo e idealismo, entre racionalismo e empirismo, entre positivismo e relativismo e outras tais, podem ser observados na discussão acerca da definição etimológico-epistemológica da palavra *caminho*. Mesmo uma das discussões paradigmáticas mais antigas e, simultaneamente, mais contemporâneas, sobre se a História é um ato de reconstrução ou um ato de reconstituição, poderia ser abordada de novas e férteis maneiras se os interlocutores se dispusessem a admitir as similaridades conceituais entre uma *cami-*

nhada e um *processo histórico*. Isso independentemente da posição teórica de cada um.

A força dessa idéia advém justamente do paralelo metafórico possível entre *qualquer caminho* e um *processo histórico qualquer*. E o problema central se localiza na dimensão temporal da sucessão histórica e na transitoriedade do ato. Pensadores diversos, das ciências sociais e humanas, buscaram, em vão, estabelecer paradigmas e construir propostas teóricas que pudessem atingir um certo grau de aceitação universal e de consenso ou, mesmo, fornecer solução eficiente para o problema proposto.

Com essas rápidas considerações, chega-se ao que verdadeiramente interessa aqui, que é defender a idéia da impalpabilidade material de qualquer caminho, pois o próprio substantivo *caminho* é dependente do seu verbo equivalente *caminhar*. A existência de um *caminho*, portanto, pressupõe o *caminhar*, e os caminhos somente existem enquanto forem utilizados ou enquanto houver a possibilidade de que isso ocorra. Ora, disso decorre que todo caminho é, objetivamente, no mundo da existência material, impalpável: *fluido*.

AS ÁGUAS

A face do planeta que habitamos vem-se alterando ininterruptamente com o passar das eras, algumas vezes de forma brusca, outras com uma lentidão quase imperceptível. É plausível, assim, afirmar que a superfície da Terra desliza - *caminha* - sobre seu leito fluido de magma incandescente, provocando profundas mutações inorgânicas na faixa compreendida entre a superfície e a estratosfera.[1]

A maior parte dos biólogos contemporâneos aposta na hipótese de que as primeiras estruturas orgânicas apareceram, num mundo até então estéril, na última metade da vida geológica do planeta, ou seja, há cerca de dois e meio bilhões de anos. A partir de então, a superfície teria começado a sofrer alterações inorgânicas e, também, orgânicas, interagindo entre si e gerando os primeiros ecossistemas.[2]

Exatamente nesse ponto está um dos sustentáculos do raciocínio desenvolvido ao longo do trabalho, mais especificamente quanto aos ecossistemas que surgiram e que se desenvolveram na América do Sul e, especialmente, a sua interferência no curso da história da vida humana neste continente.

Em sua *História da América Latina*, *Pierre Chaunu* expôs, de forma sucinta, porém convincente, a força e as grandes seqüelas das interferências e das determinâncias do meio geobiológico nas ações humanas: "A América Latina era formada (e continua a sê-lo) por um certo número de núcleos humanos ligados entre si, ou mais exatamente separados,

[1] HOUAISS, Antonio (Ed.). A Mãe Terra. In: *Atlas Mirador Internacional*. Rio de Janeiro: Britannica, 1975. p. 25 a 47.
[2] Id. ibid., p. 50 e 51.

pela espessura das montanhas, das savanas, das florestas virgens.[3]"

Essa posição, em seu aspecto topográfico, pode ser confirmada por *Whitbeck & Williams*, em seu *Economic Geography of South America*, no qual afirmam que a América do Sul é um "continente de enfáticos contrastes topográficos."[4]

Entre tantas barreiras naturais existentes na América do Sul, algumas se sobressaem pela grande dificuldade que certamente impuseram à penetração humana: os lhanos venezuelanos, o deserto de Atacama, o Gran Chaco, a imensa floresta equatorial (Amazônica) e a gigantesca muralha representada pela cordilheira dos Andes. Os grandes cursos d'água, por seu turno, funcionaram como importantes marcos para a penetração e as comunicações humanas dentro do continente.

A conquista do território, bem como o violento e gradativo processo de aculturação imposto pelo conquistador europeu à diversidade de povos e culturas sul-americanas, entre o final do século XV e os dias atuais, geralmente tiveram de se pautar pelas contingências geográficas descritas. Assim, é possível dividir em cinco grandes regiões os espaços originais mais propícios à penetração do elemento europeu, a saber: o litoral chileno ao sul do Atacama; o litoral peruano ao norte do Atacama e ao sul da floresta equatorial; o litoral do mar das Caraíbas, entre os lhanos e a floresta tropical; o litoral atlântico, entre a floresta equatorial (barra de São Luís) e o estuário do rio da Prata e, finalmente, o litoral atlântico entre o estuário do Prata e as estepes geladas da Patagônia.

[3] CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p. 58. O caráter interdisciplinar e a necessidade imprescindível de utilização de práticas e elementos do estudo da Geografia para determinadas pesquisas históricas são demonstrados por Fernand BRAUDEL, em sua obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* - São Paulo: Martins Fontes, 1983. Mais profundo é *O espaço interdisciplinar*, de Alan REYNAUD e outros - São Paulo: Nobel, 1986, no qual deve ser dada atenção especial ao item "A primazia do tempo".

[4] WHITBECK, R. H. & WILLIAMS, Frank E.. *Economic Geography of South America*. New York: MacGraw-Hill, 1950. p.17.

Dos espaços descritos, é necessário ressaltar que os dois primeiros se encontram literalmente espremidos entre o oceano e a cordilheira e o terceiro, entre o mar, a floresta e os pântanos insalubres. Dessa forma, levando em consideração os recursos técnicos e os meios de transporte disponíveis antes do advento das sociedades industriais, constata-se que apenas os espaços do litoral atlântico apresentavam perspectivas mais seguras para essa penetração rumo ao interior da massa continental.

Exatamente no ponto de divisão entre os dois espaços encontra-se o rio da Prata, desembocadura exclusiva de uma formidável rede de rios, arroios e córregos, que formam uma bacia hidrográfica com uma área de, aproximadamente, quatro milhões de quilômetros quadrados[5], sem se computarem algumas bacias secundárias que, historicamente, lhe são associadas. Isso em meio a ecossistemas com predominância de campos subtropicais e vegetação de cerrados, propícios à pecuária, à agricultura e à ocupação humana.[6]

[5] GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O comércio ultramarino espanhol no Prata*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p.17.

[6] OEA. Mapas Formação de vegetação natural e Uso agrícola da terra. In: *Inventário e análise da informação básica sobre recursos naturais - Bacia do Rio da Prata* - mapas tópicos. 1975.

É incontestável, portanto, a importância histórica e geográfica do papel exercido pela bacia do rio da Prata no contexto sul-americano, o que inúmeros dados podem ilustrar.

Em nossos dias, capitais de diversos países sul-americanos, como Buenos Aires, Montevidéu, Assunção, Sucre e Brasília, além de outras que podem ser incluídas na zona de influência, como Santiago e La Paz, encontram-se dentro do complexo hidrográfico do Prata. Além disso, as duas maiores metrópoles da América do Sul, detentoras dos maiores parques industriais do subcontinente, São Paulo e Buenos Aires, são banhadas, respectivamente, pelos rios Tietê e da Prata.[7]

A quase totalidade dos imigrantes não-ibéricos oriundos da Europa (italianos, alemães, poloneses, holandeses, ingleses) e instalados na América do Sul tiveram como destino original Buenos Aires, Montevidéu, a Mesopotâmia argentina, o nordeste do Rio Grande do Sul, o leste de Santa Catarina, o norte do Paraná e de São Paulo, todas cidades e regiões inseridas dentro do complexo platino.

Os diversos cursos d'água da bacia hidrográfica do Prata cortam a região de solos mais férteis dentre as demais bacias fluviais da América do Sul, com excelente desempenho na produção de cereais, na pecuária, bem como nas demais atividades econômicas dependentes da terra. Da mesma forma, a bacia do Prata é a que tem a maior densidade demográfica dentro de seus limites em toda América Latina.

O rio Pilcomaio tem suas nascentes no seio do

[7] Id. ibid., mapa Distribuição da População.

planalto boliviano, em plena cordilheira dos Andes, mais exatamente junto às cidades de Sucre e Potosi, a altitudes de, aproximadamente, cinco mil metros; ele desce vigorosamente a cordilheira para se juntar ao rio Paraguai, junto à cidade de Assunção. Por seu turno, as nascentes do rio Paraguai e seus afluentes lambem os limites meridionais da floresta equatorial úmida, cortando trechos de serrado e todo o pantanal mato-grossense, recebendo as águas do Pilcomaio e, adiante, unindo-se ao caudaloso Paraná.

O rio Uruguai nasce na serra do Mar, correndo, primeiramente, a oeste e, depois, ao sul, em meio a florestas de araucárias e campos subtropicais. O rio Salado surge a 6 800 metros de altitude, no monte Ojos del Salado, para depois descer em direção ao sudeste, cortando a Pampa argentina e desaguando no Paraná. Este último é, sem dúvida, o rio mais importante do complexo fluvial, fruto da confluência dos rios Grande (fonte próxima a Belo Horizonte) e Paranaíba (fonte em Brasília). Ele é regado por rios, como o Paranapanema, Tietê, Iguaçu, Paraguai-Pilcomaio e Salado até, finalmente, formar o rio da Prata, na confluência com o Uruguai, às portas de Buenos Aires.

Uma olhada panorâmica nos dados até aqui apresentados pode evocar algumas imagens curiosas, tal como a que se refere à possibilidade de que, lançando-se um objeto flutuante nos cursos d'água que banham Brasília ou qualquer outra cidade importante da bacia hidrográfica estudada, esse mesmo objeto possa vir a ser encontrado em Buenos Aires ou Montevidéu. Dependendo do ponto de seu lançamento, isso ocorreria após uma jornada de mais de

quatro mil quilômetros.[8]

Eis o caminho. Literalmente, caminho de águas - caminho fluido - em grande parte de sua extensão propício à navegação, com calados que variam de 0,50 m, em localidades como Cuiabá ou Bauru, a 6,40 m, na embocadura dos rios Paraná e Uruguai. Quanto ao rio da Prata em si, seu calado, geralmente superior a 7 m, permite o acesso a navios de todos os tamanhos.[9]

Tais caminhos foram percorridos por seres humanos, com seus medos, suas esperanças, seus sonhos, suas mercadorias. O suor e o sangue vital, por eles sofregamente derramados à beira dos rios, mesclaram-se às diversas águas do Prata, gerando uma substância admirável conhecida como História. Infelizmente, a maioria das ações humanas, individuais e coletivas, encontram-se irremediavelmente perdidas para os pensadores da História, que insistem em tentar juntar os cacos de uma peça que já se quebrou e que jamais será recuperada *in totum* - águas passadas de um rio. Talvez o filósofo pré-socrático Heráclito de Abdera tivesse razão: "Descemos e não descemos nos mesmos rios; somos e não somos."[10]

As águas do Prata, sem a ação humana, não seriam mais do que massas líquidas, fluindo pelos leitos e vales . O binômio *interesse-necessidade,* determinado pelos mais variados fatores e com diferentes manifestações em cada indivíduo, é o eixo básico da *engrenagem* histórica, termo aqui utilizado sem conotações mecanicistas. Tão somente a ação humana (interesse-necessidade) pôde transformar o caminho *potencial* em caminho *efetivo*. Retomando as primeiras considerações deste capítulo, reafirmava-se que a mera configuração geográfica pode influenciar, mas não pode *estabelecer um caminho*. Isso só pode ocorrer na exclusiva esfera humana do devir histórico.[11]

A intervenção contínua do homem pôde, então, transformar as águas do Prata não somente em caminhos, mas também em marcos e referências como, por exemplo, na ação de exploradores lusos e hispânicos, que seguiram as águas rumo ao desconhecido e ao inusitado.

Desde o início do século XVI, espanhóis e portugueses ensaiavam uma corrida ao rio da Prata. A primeira expedição de Martin Afonso de Souza ao estuário daquele rio provocara a reação da Coroa espanhola, que contratou D. Pedro de Mendoza como *adelantado* na região. De fato, essa competição foi fomentada pela crença generalizada de que havia imensas riquezas minerais na bacia do Prata, o que não era de todo incorreto. Potosi veio comprovar isso e, especialmente depois da expedição de João Caboto que chegou até a embocadura do Pilcomaio, espa-

[8] Id. ibid., mapa Facilidades de Transporte.
[9] Id. ibid., mapa Facilidades de Transporte, detalhe Navegação.
[10] PENHA, João da. *Períodos filosóficos*. São Paulo: Ática, 1987.

[11] As informações sobre Geografia Humana, em especial a interação entre seres humanos, sua cultura e o meio, podem ser encontradas em diversos trabalhos, entre os quais destaca-se Peter HAGGET, em sua *Geografía* - una síntesis moderna. Barcelona: Omega, 1988, em que na p. 15 escreve: "Ao mesmo tempo em que os seres humanos se vêm afetados por seu meio ambiente, possuem também alguma capacidade para modificá-lo". Há, igualmente, as obras de Yi-Fu TUAN - *Topofilia* - S. Paulo: Difel, 1980, que trata das relações culturais e afetivas entre homem e meio, e do mesmo autor, *Espaço e lugar* - S. Paulo: Difel, 1983.

lhou-se a idéia de que a bacia do Prata estabelecia uma ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico.[12]

Em 1536, Mendoza fundou Buenos Aires e, em 1537, foi fundada Assunção. Por causa da hostilidade dos índios querandi, Buenos Aires foi abandonada, o que beneficiou Assunção no ano de 1541.[13]

Apesar da escassez de relatos, o choque entre as culturas ameríndia e européia certamente foi de muito impacto na porção meridional da América do Sul, aliás, como no restante do continente, impacto este marcado pela presença dos rios da bacia do Prata, com toda a sua significação geohistórica.

Em razão dos perigos que a viagem entre Assunção e o mar representava, os espanhóis fundaram Santa Fé (1573), Buenos Aires, pela segunda e definitiva vez (1580), e Corrientes (1588).[14]

Com a chamada União Ibérica, a partir de 1580, alguns luso-brasileiros lançaram-se à empreitada de explorar porções do interior do continente - o *sertão*. Entradas e bandeiras eram, então, organizadas às custas de particulares ou da Coroa. Do trajeto que os bandeirantes percorriam, a primeira parte era considerada a menos preocupante, pois a natureza tinha provido excelentes caminhos: os rios da bacia do Prata. Começavam essas expedições, geralmente, por meio de barcos, pelo Tietê (então chamado de Anhembi), Grande e Paranapanema. Os rios tinham também o importante papel de se constituírem em

[12] KOSSOK, Manfred. *El Virreinato del rio de la Plata*. Buenos Aires: Pléyade, 1972. p. 17 e 18.

[13] Id. ibid., p. 19 e 20.

[14] LIMA, Manoel de Oliveira. *História da Civilização*. São Paulo: Melhoramentos, 1963. p. 238 e 239.

marcos e guias para o retorno e localização dos bandeirantes - faróis tranqüilizantes ante a imensidão desconhecida.[15]

Era inevitável que portugueses e espanhóis se encontrassem a certa altura de seu expansionismo, América do Sul adentro. E era quase inevitável que tal encontro, sem dúvida problemático, se desse justamente no Prata. Esse foi um dos motivos que levou a Coroa espanhola a estabelecer um vice-reinado ali.[16]

Os primeiros conflitos entre duas forças conquistadoras foram trágicos e violentos pelo choque de dois fenômenos históricos que se colocavam numa natural rota de colisão: as missões jesuítico-guaranis e o bandeirantismo paulista. A partir daí, inaugurava-se um longo período de guerras, conflitos e tratados, que tornariam sempre elásticas e imprecisas as linhas divisórias entre as possessões coloniais e, mesmo, entre as futuras nações já independentes.[17]

A impunidade e a violência grassaram por anos a fio em uma terra sem jurisdição, sem polícia e sem justiça. Grandes extensões da Pampa, entre o rio Pelotas e o rio da Prata, bem como a ocidente do rio Uruguai, foram dominadas por ladrões, bandoleiros e contrabandistas, profusamente mencionados na literatura regional de ficção até em nossos dias.[18]

[15] BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985. p. 23 a 29.

[16] LEVENE, Ricardo. Vice-Reinado do Rio da Prata. In: *História das Américas*. São Paulo: Jackson, 1965. v. III, p. 392.

[17] Ver Manfred KOSSOK (*op cit.*) e Moniz BANDEIRA (*op. cit.*). Também Oliveira VIANA. *Populações meridionais do Brasil*, - v. 2 "O Campeador Rio-Grandense", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 24 e 25.

[18] Por exemplo: ARAÚJO, Rubens Vidal. *Tempestade sobre o rio da Prata*. Porto Alegre: Renascença, 1991.

Foi exatamente nessa terra inóspita, equilibrada entre o conflito e a imprecisão, que se desenvolveu, paradoxalmente, o mais profícuo contato entre hispano-platinos e luso-brasileiros: o contrabando, estimulado justamente pela quase ausência da pesada mão dos fiscos coloniais.

O DESVIO

A primeira fundação de Buenos Aires, por D.Pedro de Mendoza, fora motivada por fatores externos e concretizada por indivíduos oriundos de locais distantes da realidade platina. Quando, entretanto, Juan de Garay empreendeu a fundação daquela vila pela segunda vez, motivava-o a necessidade que os habitantes de Assunção tinham de estabelecer portos por meio dos quais pudessem se comunicar com o restante do mundo exterior.[19]

A total dependência mercantil, em termos geográficos, que tinham em relação aos comerciantes de Lima devia desagradar profundamente aos habitantes da região de mineração e arredores (caso de Assunção). Após a descoberta do fabuloso *cerro de prata* em Potosi, em 1545, os espanhóis haviam estabelecido Lima e seu porto, Calhao, como centros da dominação colonial espanhola na América do Sul. A prata recolhida era, então, encaminhada a Portobelo (Panamá), via Lima-Calhao, de onde era enviada a Sevilha.

[19] GARCIA, op. cit., p. 18.

O sistema de frotas e galeões organizado para recolher a prata em comboios e, simultaneamente, para suprir o Novo Mundo hispânico de suprimentos e artigos diversos, era demasiadamente irregular e lento para atender à demanda crescente. Isso implicava preços exorbitantes dos produtos para os comerciantes americanos, que, por seu turno, também agregavam sua comissão ao valor de venda. O preço final, dessa forma, era fator de estrangulamento da incipiente burguesia da região mineradora e dos arredores, bem como do poder aquisitivo da população em geral. Em oposição, era fator de fortalecimento das elites comerciais limenhas.[20]

Não existem elementos que possibilitem provar-se que a segunda fundação de Buenos Aires, em 1580, objetivasse justamente estabelecer o contrabando. Porém, deve-se lembrar que, em 1585, ou seja, apenas cinco anos após a nova fundação da vila, partira daquele porto uma expedição rumo ao Rio de Janeiro, sob o patrocínio do bispo de Tucumã, D. Francisco de Victoria e chefiada por D. Francisco de Salcedo, tesoureiro da diocese, a qual se destinava a adquirir produtos naquela cidade luso-brasileira.

Ora, ao comerciar com naturais de um Estado estrangeiro (a União Ibérica representou uma união pessoal e não uma união real), os primeiros portenhos desafiavam diretamente a legislação espanhola, estabelecendo uma espécie de *contrabando à luz do dia*. Esta rota, Rio de Janeiro - Buenos Aires, duraria nove anos, somente sendo interrompida por me-

[20] SODRÉ, Nélson Werneck. *As razões da Independência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 51.

didas enérgicas da Coroa espanhola, as quais, inclusive, foram tomadas, em parte, pela pressão dos potentados limenhos junto à Audiência de Charcas, que se encontrava sujeita à vila de Buenos Aires.[21]

Enquanto durou esse comércio, a região de Tucumã viu-se na posição de principal fornecedora de gêneros coloniais (cobertores, couros, lenços, alimentos, etc.) para a zona da mineração. Seus comerciantes lucravam ainda mais por adquirirem produtos estrangeiros fora do esquema do pacto colonial hispânico. De fato, durante o período de vigência da rota Buenos Aires - Rio de Janeiro, Tucumã foi abastecida por artefatos de ferro, escravos, açúcar, entre outros. Estabeleceu-se, assim, ainda que por um curto período de tempo, uma linha direta entre a região de produção do *ouro branco* peruano (prata) e a do *ouro branco* brasileiro (açúcar). No centro deste eixo, ficava o estuário do rio da Prata, mais especificamente Buenos Aires.

Se as autoridades espanholas acreditaram que poderiam, efetivamente, acabar com o contrabando via decreto foram extremamente ingênuas. Em relação ao sistema bilateral *oligopsônio-oligopólio*, muitas vezes denominado *pacto colonial*, *Hilário Franco Jr. e Paulo Pan Chacon* afirmam: "o resultado disso eram situações aparentemente absurdas (...) por exemplo, a região do rio da Prata recebia mercadorias européias não diretamente, por seu litoral atlântico, mas pelo interior do continente".[22]

Os autores também afirmam que, por causa

[21] GARCIA, op. cit., p. 24.
[22] FRANCO JR, Hilário & PAN CHACON, Paulo. *História Econômica Geral.* São Paulo: Atlas, 1987.

disso, os tráficos de contrabando, entre 1640 e 1760, superaram extraordinariamente o tráfico oficial. À afirmação de *Fréderic Mauro*, de que o contrabando negaria o *exclusivo colonial*, contrapõe-se a tese de *Fernando Novais*, para quem o contrabando somente existia *em função* do pacto colonial.[23]

Buenos Aires, às margens do rio da Prata, era o centro dessa atividade oculta e dissimulada, sempre envolta em mistérios, e que foi a principal atividade econômica de toda a bacia do rio da Prata durante muito tempo. Desvio de mercadorias, via tortuosa de riquezas incertas, o contrabando constituiu mais um caminho - fluido como as águas do Prata e como a prata fundida que escorria em cadinhos de fundições não autorizadas; fluido como as fronteiras da *terra de ninguém* que, para os *corambeiros* e *peruleiros,* poderiam assim permanecer para sempre.

O contrabando é a única forma que explica o mistério de Buenos Aires, apesar de ser um porto proibido - não podia manter atividades portuárias -, conseguir se desenvolver longe das áreas mais prósperas do continente e, ainda, possibilitar o crescimento, dentro dos muros da cidade, de uma forte burguesia mercantil. Isso foi tão marcante a ponto de aquela vila se constituir na primeira parte do imenso império colonial espanhol a desafiar, com sucesso, a dominação metropolitana em 1810.[24]

Decididos a ter uma atuação mais direta nesse rendoso negócio, sem a importuna intermediação dos portenhos, os luso-brasileiros estabeleceram, em

[23] NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial.* São Paulo: Brasiliense, 1986.
[24] SODRÉ, op. cit., p. 52 e 53.

1680, na margem esquerda do Prata, frente a frente com Buenos Aires, a Colônia do Santíssimo Sacramento, disposta a rivalizar com os portenhos. Estes, que jamais tolerariam ameaças àquilo que começava a se transformar no *seu* monopólio, não pouparam esforços no sentido de destruir Colônia do Sacramento ou, no mínimo, de paralisar os propósitos dos portugueses.[25]

No decorrer do século XVII, Buenos Aires viveu um lento crescimento em todos os aspectos, porém surpreendente se levadas em consideração suas particularidades histórico-geográficas. Chegou a formar, conforme notou *Emanuel S. da Veiga Garcia*, um *hinterland* e um *foreland*: o *hinterland* era representado por Corrientes, Santa Fé, Entre Rios, Paraguai, Charcas, Tucumã, Gran Chaco, Oruro e Potosi; o *foreland* era o universo do contrabando e do comércio ilícito, o comércio com os portos espanhóis após a vigência do Regimento do Comércio Livre (1778).[26]

Em meio a tantos agentes históricos, cujos nomes a História perdeu ou preservou - comerciantes limenhos, bandeirantes paulistas, jesuítas, guaranis, portenhos, etc. -, desde cedo, destacava-se um tipo que viria a ser marcante em épocas posteriores : o elemento inglês.

Atraídos pelas riquezas latentes da região, os mundialmente renomados piratas e corsários ingleses adentraram diversas vezes no estuário do Prata em busca de presas fáceis. O mais famoso deles foi Robert Wilking, que atuou no estuário com três navios em 1587 e que, inclusive, pilhou a primeira expedição de D. Francisco de Victoria ao Rio de Janeiro, durante o seu percurso de volta. Uma carta de D. Ramirez de Velasco, enviada ao rei da Espanha, comentava o episódio: "E lhes tomaram até as camisas".[27] Ironia: a pirataria inglesa, ao combater o contrabando interno espanhol, involuntariamente, prestava um serviço à Coroa adversária.

Wilking marcou o início de um longo período de conflitos entre hispano-portenhos e britânicos nos mares do sul, numa história que ainda passaria pelo episódio do South Sea Bubble e que culminaria com as invasões inglesas a Buenos Aires e a Montevidéu no alvorecer do século XIX.

[25] CÉSAR, Guilhermino. *O contrabando no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: UCS-EST, 1978 p. 15 e 16. A propósito deste trabalho, é necessário ressaltar seu papel fundamental na compreensão do fenômeno do contrabando na região platina.

[26] GARCIA, op. cit., p. 11, 15 e de 111 a 115. À p. 11 escreve: "Buenos Aires, na época do 'comércio livre', atuou como ponto de contato entre o mundo exterior atlântico e a vasta Interlândia meridional sul-americana".

[27] *Apud* , Id. ibid., p. 22, nota 3.

2

CAMINHOS HISTÓRICOS

Em 1806 el ojo especulador de la Inglaterra recorre el mapa americano, y sólo ve a Buenos Aires, su río, su porvenir

D. F. Sarmiento (1845)

Em um trabalho sustentado basicamente por fontes bibliográficas, falar de fatos históricos pode se tornar um sério risco se não forem tomadas as devidas precauções. Sempre que um historiador busca montar um pedaço do quebra-cabeça histórico, por meio das chamadas fontes documentais primárias, necessita fazer-lhes a devida crítica interna e externa, num vigoroso exercício hermenêutico, além de ter de saber lidar com a constante tensão objetividade-subjetividade de seu labor.

No caso presente, não basta, apenas, tentar equilibrar a relação subjetividade-objetividade do pesquisador; é preciso reconhecer a natureza e a conformação desta mesma relação nas obras analisadas. De fato, está-se travando um diálogo com a Historiografia, no qual a própria Historiografia fornece os elementos *empíricos* para a argumentação. Com certeza, esse processo não apresenta consistência em vista de temas pouco polêmicos ou quando se trabalha com a obra de um único autor ou de autores de posições semelhantes; torna-se, todavia, plenamente plausível quando abordados temas muito estudados, direta ou indiretamente, e que envolvem posições e conclusões diversificadas, como o é o da presença britânica na bacia do Prata.

Assim, é do universo de publicações sobre o tema escolhido e, mais especificamente, do ato de confrontamento e checamento dos dados levantados, que se pode - além da já citada necessária crítica das fontes - depreender fatos e elementos plenamente utilizáveis na argumentação e explanação do capítulo.

ROTA DE COLISÃO

Já há muito tempo, não se entendiam espanhóis e ingleses, desde cedo rivais na política e rivais econômicos. O caminhar da história somente viria, então, acirrar o conflito, transportando-o para patamares de proporções geometricamente superiores.

Os governantes de Castela nunca haviam se conformado com a perda de Portugal, ducado transformado em reino num longo processo entre os séculos XI e XII. Isso forçara os portugueses a buscarem apoio externo a fim de evitar que fossem reabsorvidos pelo expansionismo castelhano, que então já se firmara como a grande tendência da Península Ibérica.

No âmbito da Guerra dos Cem Anos, houve uma crescente aproximação entre Castela e França; em contrapartida, os portugueses voltaram-se para a Inglaterra. No ano de 1293, foi firmado um acordo de livre-trânsito marítimo entre os dois países, o qual se aprimorou em 1308 com um tratado de comércio. Os ingleses assumiam, assim, progressivamente, o papel de grande rival do Reino de Castela fora da Península Ibérica.

As diferenças, alavancadas por Portugal, acirraram-se com os Tratados de Tagilde, de 10 de julho de 1372, e de Westminster, de 16 de junho de 1373, que se caracterizaram como alianças político-militares luso-britânicas. Tais tratados, inclusive, romperam uma trégua existente entre Castela e Portugal uma vez que os castelhanos se haviam aliado aos franceses quando da Guerra dos Cem Anos.[28]

Ingleses e franceses disputavam a primazia de fornecimento de lã à demanda flamenga. Logo, no entanto, apareceu um terceiro competidor: a lã espanhola. Tal disputa comercial constituiu-se num dos motivos primeiros da Guerra dos Cem Anos e, também, dos posteriores episódios que envolveram a independência das Províncias Unidas. A intervenção das três nações em Flandres deixava claros os seus interesses mercantis antagônicos.[29] À rivalidade político-militar, portanto, somava-se a rivalidade econômica hispano-britânica.

A união dos Reinos de Castela e Aragão, pelo casamento dos *reis católicos* Fernando e Isabel, deu início ao processo de transformação da Espanha na grande potência européia do século XVI, que culminou, em 1580, com a chamada União Ibérica.[30]

Pouco a pouco, os ingleses viram-se preteridos da primeira fase do processo de expansão ultramari-

[28] MANCHESTER, Alan K.. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 18. O primeiro capítulo desta obra é dedicado ao problema da interdependência luso-britânica anterior ao Tratado de Methwen. Sobre acordos ver também SODRÉ, Nélson Werneck. *As razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 11 - 13.

[29] FRANCO JR, Hilário & PAN CHACON, Paulo. *História Econômica Geral*. São Paulo: Atlas, 1987. p. 65 - 74.

[30] CORVISIER, André. *História Moderna*. São Paulo: Difel, 1983, p. 147 - 150.

na e do súbito enriquecimento dos erários régios ibéricos pela agregação das riquezas coloniais[31]. Além de assistirem ao rápido processo de ascensão hegemônica da rival Espanha, encontravam-se ameaçados de perder os laços fundamentais de comércio com Flandres.[32]

Por outro lado, a expulsão de judeus e de mouros da Espanha, em 1492, e a crescente onda de evasão de cristãos-novos deste mesmo país haviam feito aqueles convergirem para duas ondas migratórias principais: em direção à Inglaterra e às Províncias Unidas. A acolhida aos emigrantes, a presença marcante do reformismo anglicano na Inglaterra e o apoio deste país aos calvinistas dos Países Baixos acentuavam o conflito entre o Reino da Inglaterra e o Reino da Espanha.[33]

Com relação às riquezas coloniais, a reação inglesa deu-se, num primeiro momento, por meio do fomento à pirataria oficial: o corso. Corsários sob a bandeira de São Jorge fizeram imensos estragos nos carregamentos de ouro, prata e especiarias do Novo Mundo. Dentre eles, destacavam-se nomes, como o de Francis Drake, que faziam tremer não somente os comandantes dos *galeones*, mas também os governantes das cidades litorâneas, que estavam,

[31] BELLOTTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A América Latina de colonização espanhola* - Antologia de textos históricos. 2. ed., Coleção Nossa América 1. São Paulo: Hucitec,1991, p. 121.

[32] 5 - CORVISIER, op. cit., p. 155.

[33] SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos- novos e o comércio no Atlântico meridional*. São Paulo: Pioneira-MEC, 1978.

igualmente, à mercê das pilhagens.[34]

Nessa vigorosa rota de colisão, o episódio de maiores proporções e conseqüências foi, sem dúvida, o da Invencível Armada. A fragorosa derrota espanhola não garantiu a supremacia inglesa; pelo contrário, inaugurou um impasse entre as duas nações, que não viria a se resolver pelas armas, mas, sim, pela evolução das tendências econômicas européias. Até mesmo porque, como afirmou *Fernand Braudel*, as nações beligerantes da época eram, de uma forma geral, interdependentes: "Mas estes 'inimigos complementares' não podem viver uns sem os outros. Querelam, depois concordam ou acomodam-se, segundo o entendimento se faz em pleno dia ou a coberto."[35]

Feitas essas considerações preliminares, desvia-se, agora, o foco de atenção para a bacia do Prata.

Num primeiro momento da instituição da pirataria, os corsários sob bandeira inglesa deveriam pagar um terço de seus butins à Coroa, e foi dentro do contexto de semelhante prática que se deram ações como a de Robert Wilking. A partir de 1708, porém, com o Ato de Butins, ficou determinado que tudo o que fosse recolhido nas pilhagens ficaria com o proprietário da embarcação e a sua tripulação. Tal medida se justificava pela necessidade que tinham os

[34] HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 91 cita: "Em uma das expedições de Drake contra os espanhóis, a própria rainha Elizabete possuía ações, em troca do empréstimo de alguns navios". Também KINDER, Hermann & HILGEMANN, Werner, *Atlas of World History*. Glasgow: Penguin, 1987. p. 225.

[35] BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983. p. 686.

britânicos de ampliarem o espectro de ação militar em face da guerra de sucessão da Espanha.[36]

O resultado mais significativo dessa medida foi a expedição que chegou a ser chamada de "A última grande expedição de corso" e que pode ser assim sintetizada: um médico, Thomas Dover, aliou-se a um grupo de mercadores de Bristol e a dois outros navegantes, Woodes Rogers e William Dampier. Utilizando duas fragatas, eles se lançaram com grande e absoluto êxito ao mar; após efetuarem pilhagens nos portos hispano-americanos da costa do Pacífico, retornaram à Inglaterra em 1711. A grande conseqüência das expedições de Dover foi que elas trouxeram à luz, entre outras coisas, a fragilidade defensiva da porção meridional da América espanhola.[37]

Talvez sob influência disso e, sem dúvida, com base no êxito de Thomas Dover, o Parlamento inglês aprovou a criação de uma companhia mercantil, agora apoiada pelos *tories* uma vez que os *whigs* defendiam uma outra companhia. Por destinar-se ao comércio em latitudes meridionais, tal companhia foi denominada South Sea Company.

A South Sea Company foi fundada sob inspiração de Robert Harley, conde de Oxford, o qual se associou a John Blunt, cuja atividade profissional era ser amanuense. Para lograr a aprovação oficial, a companhia teve de assumir parte da dívida pública

[36] GRAHAM-YOOLL, Andrew. *Pequeñas guerras británicas en America Latina*. Buenos Aires: Legasa, 1985. p. 17.

[37] DEWHURST, Kenneth & DOUBLET, Rex. Thomas Dover and The South Sea Company. In: *Medical History*, v. 18, n. 2. Londres: abril de 1974.

do tesouro britânico contraída na guerra contra a França. A South Sea Company, de certo modo, significou uma das primeiras tentativas de grande porte de constituir uma *joint-stock company*, ou sociedade anônima por ações.

O campo de ação específico da companhia seria a porção meridional da América espanhola, onde ela atuaria com caráter de monopólio comercial. Embora a Espanha também reivindicasse (e de fato exercia) o monopólio comercial de tal região, os mercadores ingleses aguardavam um resultado amplamente positivo para a Inglaterra nas negociações de paz com os espanhóis. Não é sem razão que *John K. Galbraith* coloca em sua obra o caso da South Sea Company como um dos primeiros casos clássicos de especulação financeira.[38]

Em 1713, ocorreu o tão esperado Tratado de Utrecht, que garantia os Bourbons no Trono da Espanha e, em contrapartida, provia os britânicos de privilégios mercantis. O direito de *asiento* de quatro mil escravos por ano, 1 200 destinados ao Prata, não era o resultado esperado mais favorável, mas foi o suficiente para incentivar a onda gigantesca de euforia financeira vivida na Inglaterra em torno da Companhia dos Mares do Sul.[39]

Enquanto crescia o movimento em torno do direito de *asiento* na Inglaterra, os espanhóis faziam o possível para embargar e atrapalhar o exercício da-

[38] GALBRAITH, John Kenneth. *Uma breve história da euforia financeira*. São Paulo: Pioneira, 1992. p. 31 - 37.

[39] KENNEDY, Paul. *Ascenção e queda das grandes potências*. 6. ed. São Paulo: Campus, 1991, p.86 e 109. Vide GALBRAITH, op. cit. e BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental*, 30. ed., v. 2. Rio de Janeiro: Globo, 1989. p. 447.

quele direito para que não se ameaçasse a paz de Utrecht.

No mesmo ano da fundação da South Sea (1711), foi publicado um texto, denominado "Proposta para humilhar a Espanha, por uma pessoa de distinção", cujo autor é desconhecido. Nele se propunha a invasão britânica ao Império espanhol na América, o que deveria ter início através de Buenos Aires. Esse folheto foi importante por ter servido de base a muitos outros manifestos e panfletos de teor semelhante publicados na Inglaterra no período subseqüente, os quais lhe copiaram a proposta (invasão via Buenos Aires) e o método como deveria ser efetivada tal conquista.[40]

Apesar dos empecilhos, as *factories* de escravos da South Sea Company começaram a dar resultados, lentos, porém exitosos. No ano de 1720, entretanto, as ações da companhia, as quais tinham proporcionado fortunas de uma hora para outra, despencaram, provocando um *crack* em tudo semelhante ao da Bolsa de Nova Iorque de 1929. Seguiram-se, na Inglaterra, uma séria depressão econômica e uma feroz perseguição aos eventuais culpados, num escândalo que envolveu corrupção, desvio de verbas e especulação financeira de proporções nunca antes vistas no reino de Sua Majestade britânica.[41]

Conseqüentemente, o comércio asientista com o Prata e o forte contrabando que o envolvia viram-se prejudicados; sua curta existência, porém, assegurara contatos comerciais importantes entre

[40] GRAHAM-YOOLL, op.cit., p.18.

[41] GALBRAITH, op. cit., cita à p.35: "Logo seguiu-se a busca de bodes expiatórios, que foi feroz, brutal". Vide BURNS, op. cit., p. 415.

platinos e ingleses. A indignação nacional e o sentimento de humilhação provocados pela falência da companhia somente fizeram aumentar os mirabolantes projetos de invasão do Prata. Por outro lado, reforçou-se o estereótipo de *piratas*, construído no imaginário hispano-americano, com relação aos britânicos.[42]

Entre as propostas de invasão surgidas após o fragoroso escândalo financeiro que passou a ser conhecido como *South Sea Bubble* (engodo dos mares do sul), destacou-se a do *defunto* John Pullen (que teria sido governador das Bermudas) que, por meio de um folheto publicado em 1732, em tudo semelhante ao "Proposta para humilhar Espanha", igualmente, sugeria a conquista do Império espanhol na América através de Buenos Aires. É possível cogitar-se até que os dois textos tenham sido redigidos pela mesma pessoa. Todavia, independentemente do questionamento de sua autoria ou, mesmo, da própria exeqüibilidade de tais planos, há o fato de esses textos terem provocado certo temor entre os platinos e de terem sido a matriz de inúmeros boatos sobre a iminência de uma invasão britânica ao Prata no decorrer do século XVIII.[43]

Em 1740, foi anunciada uma invasão inglesa a Buenos Aires, a qual objetivaria saques e butins e, no ano de 1746, alardeou-se que uma frota inglesa vinda do Rio de Janeiro encontrava-se a caminho do Prata. Tal boataria, no entanto, não se confirmou,

[42] STREET, John. *Gran Bretaña y la independencia del Rio de la Plata*. Biblioteca America Latina 2. Buenos Aires: Paidos, 1967. p. 20.

[43] GRAHAM-YOOLL, op. cit., p. 19 -20.

tendo-se conhecimento de presenças britânicas apenas em operações menores, que envolviam contrabando em conjunto com luso-brasileiros.

Em 1762, o governador de Buenos Aires foi notificado de que os ingleses se preparavam para um ataque em grande escala ao Atlântico sul. Desta vez, sob certos aspectos, os temores não eram infundados, pois, no começo desse mesmo ano, um grupo privado de Plymouth adquirira uma nave de guerra com antecedentes militares gloriosos: o Lord Clive. O navio fora equipado, juntamente com mais duas fragatas e, em novembro, dirigiu-se para o rio da Prata após uma parada no Rio de Janeiro onde ampliou sua esquadra em quinhentos homens.

Após terem estudado a possibilidade de um ataque a Montevidéu, que foi considerada muito arriscada, os atacantes dirigiram-se a Colônia, onde iniciaram o combate sob o comando de John MacNamara (ex-integrante da East India Company). Os certeiros disparos do pequeno forte de Colônia incendiaram o Lord Clive, que foi a pique, perdendo 272 homens, inclusive o seu capitão. As duas fragatas, que tinham, curiosamente, o nome de *Gloria* e *Ambuscade,* [44] retornaram ao Rio de Janeiro. A glória não fora conquistada, e a emboscada falhara.

Ainda em fins desse século e dentro do palco de operações do Atlântico sul, espanhóis e ingleses envolveram-se em escaramuças pelo domínio das Ilhas Malvinas (Falkland), disputa cujos desdobramentos puderam ser observados novamente nos episódios da guerra ocorrida em 1982. O deflagrar dos acontecimentos foi motivado justamente pela ação de um corsário, George Anson, em 1740, que detinha ordens muito específicas da Coroa britânica. A hostilidade crescente aos ingleses pode ser observada pelas recomendações, na época, do governo espanhol aos seus súditos americanos para que envidassem o máximo de esforços no combate aos ingleses.[45]

Em 1796, uma força de reconhecimento - oficial - inglesa foi enviada ao estuário do Prata para que avaliasse a possibilidade de invasão, planos que viriam a ser abandonados no ano seguinte.[46]

Foi em 1797 que aconteceu a primeira invasão exitosa de ingleses no estuário do Prata, ainda que tenha se tratado de uma *invasão* de prostitutas. Em agosto daquele ano, zarpou de Londres com destino à Austrália o navio Lady Shore, que carregava mercadorias, 75 prostitutas e quatro criminosos. A tripulação - francesa -, durante o percurso, amotinou-se e foi dar em Montevidéu. Como a administração colonial espanhola não sabia que atitude tomar ante o inusitado, acabou por enviar todos os passageiros e tripulantes a Buenos Aires, onde muitos se integraram à comunidade local. Uma senhora especialmente, conhecida por Mrs. Clarke (Doña Clara), destacou-se por sua *hospitalidade*, acolhendo muitas dessas pessoas em sua casa, que se transformou, posteriormente, no primeiro *club* inglês de Buenos Aires.[47]

Nos anos de 1796 e 1800, reapareceram na In-

[44] Id. ibid., p.23.

[45] BELLOTTO & CORRÊA, op. cit., p.139-141.Também KOSSOK, Manfred. *El Virreinato del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Pléyade, 1972, p.55.

[46] STREET, op. cit., p. 23.

[47] GRAHAM-YOOLL, op. cit., p. 24.

glaterra propostas que visavam a abalar o domínio espanhol na América, as quais também incluíam a conquista do estuário como tópico fundamental e inevitável.[48]

A evolução da geopolítica internacional setecentista aponta para a consolidação de duas grandes superpotências: França e Inglaterra, cada uma com nítidas tendências de atuação, respectivamente, continental européia e marítima comercial. O Tratado de Methwen, assinado entre Portugal e Inglaterra em 1703, antes de mais nada, inseria-se no contexto de um amplo jogo de alianças encetado pelas duas nações em busca de uma posição hegemônica. A contrapartida francesa após a paz de Utrecht, com a instalação de um Bourbon no Trono espanhol, foi o estabelecimento de pactos de família entre as casas reinantes da França e da Espanha.[49]

Toda essa movimentação colocava Inglaterra e Espanha, tradicionais adversárias figadais em matéria de política exterior, em crescente rota de colisão, agora não mais por causa da ameaça que o decadente Reino da Espanha poderia representar aos interesses britânicos, mas, sim, pela sua aproximação com a verdadeira ameaça: a França.

Surgiram, também, novos fatores, que abalaram, a princípio, as diretrizes da política exterior inglesa ditada pelo *Foreign Office*. Um deles foi a possibilidade de emancipação das colônias americanas, processo que se iniciara precocemente no século

[48] STREET, op. cit., p. 23. Também GRAHAM-YOOLL, op. cit., p. 20-27.
[49] MACNEILL, William Hardy. *História Universal: um estudo comparado das civilizações*. Porto Alegre: Globo-USP, 1972, p. 332-335. Vide KOSSOK, op. cit., p.56.

XVIII e justamente nas colônias inglesas da América do Norte. A independência das treze colônias em 1776 indicava novos riscos e, ao mesmo tempo, novas possibilidades para a atuação britânica.[50]

É interessante ressaltar que os acontecimentos do ano de 1776 coincidiram com a primeira publicação da *Riqueza das Nações*, de Adam Smith. No que se referia ao mercado internacional, *Smith* não inventava nada; apenas confirmava um quase consenso entre os comerciantes da Grã-Bretanha: a necessidade de contrapor o livre-comércio (*Free Trade*) às práticas mercantilistas, exclusivistas e monopolistas.[51]

Ora, 1776 também foi o ano da criação do Vice-Reinado do Rio da Prata, que realçou a crescente importância do porto e da cidade de Buenos Aires no universo colonial hispânico da América. Tal medida teve inúmeras motivações, quase todas relacionadas ao aspecto de defesa e reorganização da estrutura colonial preconizados pelo ilustrado governo de Carlos III.[52]

A adoção dessa medida foi seguida por uma cédula real de 1778, conhecida por Regulamento do Comércio Livre, a qual criava mecanismos jurídicos que permitiam e, inclusive, incentivavam o livre-comércio entre os portos hispânicos coloniais e metropolitanos (superando o monopólio que limitava a importação de produtos coloniais pelo porto de Cádiz),

[50] KENNEDY, op. cit., p.98.
[51] BURNS, op. cit., p. 492.
[52] KOSSOK, op. cit., p. 52-53.

bem como dos portos coloniais entre si. Entretanto, o exclusivismo colonial não deveria ser afetado já que as atividades mercantis se restringiriam ao âmbito espanhol, não podendo delas participar nações estrangeiras, pelo menos legalmente.[53]

Não se pode afirmar com segurança se, de fato, ocorreu essa restrição quanto ao exclusivo mercantil metropolitano.Todavia, a tradição contrabandista e de burla do monopólio colonial, característica da região do estuário do rio da Prata, nos leva à forte suspeita de que aconteceu exatamente o inverso no espaço platino.As constantes guerras que envolviam Inglaterra e Espanha naquele fim de século, quando geralmente os espanhóis viam-se isolados de seu império colonial, evidenciam essa tendência.[54]

Em 1777, ou seja, um ano antes do Regulamento do Comércio Livre e um ano após a elevação do Rio da Prata à categoria de Vice-Reinado, foi firmado, entre portugueses e espanhóis, o Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual o longínquo baluarte português no estuário - Colônia do Sacramento - foi devolvido, definitivamente, à Coroa hispânica. A lagoa Mirim, então, passou a ser o limite meridional das possessões lusitanas na América.

A Colônia do Sacramento era a ponta de lança do contrabando português na região platina. Isso, para muitos autores, pelas históricas afinidades luso-britânicas, significa que Colônia também era um entreposto para a colocação dos produtos da Inglaterra e de suas colônias naquela área. A apreensão - seja de natureza geopolítica, seja quanto à defesa do monopólio metropolitano - que a existência desse avançado porto português provocava junto aos espanhóis levou-os à criação de Montevidéu em 1724. Nascida como cidadela militar, por natureza, a *vila* divergia completamente da *comercial* Buenos Aires, o que levou ao desenvolvimento de um preconceito recíproco.[55]

O golpe de 9 de novembro (18 do Brumário) de 1799 colocou à cabeça do governo francês o jovem general Napoleão Bonaparte. O brilhantismo e gênio militar deste líder, exaustivamente citados pela História, provocaram alterações profundas e de grandes conseqüências não apenas na Europa, mas em todo o mundo ocidental. Uma delas foi a ascensão da França como potência continental sem par no contexto de então, pois os exércitos franceses bateram, isolada ou conjuntamente, as forças terrestres de espanhóis, prussianos, austríacos, russos, portugueses e ingleses.[56]

Os espanhóis já haviam sido anteriormente derrotados pela França da Grande Revolução, quando foram forçados a estabelecer aliança involuntária com os franceses. Embora sempre tivessem tentado se livrar de tão incômoda aliança, novamente viam-se prostrados frente à França napoleônica, tendo de sujeitar-se à dominação informal do *corso* Bonaparte. Essa nova aproximação espanhola com a nação de

[53] GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O comércio ultramarino espanhol no Prata*. Col. Khronos 13. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 53-64.

[54] Id. ibid., p.115.

[55] SODRÉ, op. cit., p.62 e 63.

[56] McEVEDY, Colin. *Atlas Histórico-Geográfico Universal*.Lisboa: Difel, 1987. p. 130-135.

além Pirineus trouxe a imediata reação de repúdio britânica - o que não deveria constituir nenhuma novidade.[57]

Ao mesmo tempo, entretanto, em que Napoleão lograva a consolidação da França como grande potência terrestre, também se constituía no responsável, apesar de nunca tê-lo desejado, pelo escancaramento ao mundo da inquestionável supremacia naval inglesa. Em 1805, Napoleão julgou ser possível superar a restrição ao mar Mediterrâneo, imposta pelos britânicos à armada franco-espanhola a partir de sua posição em Gibraltar. O resultado dessa errônea concepção foi o desastroso combate de Trafalgar, o qual, além do destroçamento das forças navais de espanhóis e franceses, acarretou a desesperança francesa de qualquer atuação fora do âmbito exclusivamente continental europeu.[58]

O que mais interessa no caso, porém, é o isolamento completo dos espanhóis (privados de qualquer ação bélica naval) em relação às suas colônias: era o prenúncio do fim do Império colonial hispânico.

Em franco processo de expansão econômica, alavancado pela extensão e consistência de seu comércio internacional e pelo vigoroso processo de industrialização vivido a partir de meados do século XVIII, o Reino Unido da Grã-Bretanha anunciava-se como a grande potência econômica no raiar do século XIX.

Napoleão apercebeu-se dessa disparidade na

[57] CEVALHOS, Pedro. *Exposição dos factos e maquinações com que se preparou a usurpação da Corôa de Hespanha (...).* Lisboa: Impressão Régia, 1808. p. 4 e 5.
[58] KENNEDY, op. cit., p. 132-135.

balança da supremacia entre franceses e ingleses e, após o desastre de Trafalgar, tentou uma atitude radical contra a espinha dorsal da economia britânica: o comércio europeu. Como já dominava o cenário militar europeu sem que ninguém pudesse fazer-lhe oposição efetiva, o imperador dos franceses decretou o famoso Bloqueio Continental, por meio do qual proibia a Europa de negociar com a Inglaterra.

Imediatamente os ingleses - sem que se lhes pudesse, igualmente, opor resistência efetiva nos mares - decretaram o Bloqueio Marítimo aos franceses e aos seus aliados. Estabelecia-se, assim, um sério impasse, que não seria resolvido pela superioridade militar, mas pelo *fôlego* econômico dos envolvidos.[59]

No ano de 1805, foi enviada à Cidade do Cabo, na África do Sul, uma missão bélica inglesa, secreta, que objetivava a tomada da estratégica cidade aos holandeses.[60] O amplo sucesso logrado por ela acabou concretizando o grande pesadelo de hispano-platinos do século anterior.

Em seqüência, uma força inglesa, com soldados comandados pelo general Beresford, em belonaves sob a direção de Sir Home Popham, rumou para Buenos Aires, aonde chegou em junho de 1806. Ante a iminência de invasão e sem saber ao certo em que ponto ela se daria, o marquês de Sobremonte, vice-rei do Rio da Prata, dirigiu-se com suas forças para a cidade de Córdoba. Com esta manobra, ele teria pretendido antecipar-se à tática inglesa ou, con-

[59] LIMA, Manuel de Oliveira. *História da civilização*. São Paulo: Melhoramentos, 1963. p. 336.
[60] Id. ibid., p.128.

forme outros relatos, a teria tomado por pura covardia. Com o orgulho ferido, os hispano-platinos organizaram uma força, composta predominantemente por *criollos*, sob o comando de um militar francês chamado Santiago Liniers, que, em agosto do mesmo ano, reconquistou Buenos Aires.[61]

Apesar da sua curta duração, a invasão da capital do Vice-Reinado do Rio da Prata deixou seqüelas profundas naquele meio: a primeira foi a tomada do fantástico tesouro oficial (que encheu seis vagões, enviados à Grã-Bretanha) que transformou aquele ato, destinado a ser o marco inicial da conquista britânica no Prata, em seu último ato corsário, disfarçado sob a forma de *ato beligerante;* por outro lado, a superação de uma grande potência européia por um bando de *criollos* estimulava o sentimento de auto-suficiência e o desejo de autonomia de setores importantes no universo platino;[62] finalmente, o contato marcante com procedimentos, posturas e mercadorias britânicas colocou a nação anglo-saxônica como um paradigma econômico para as elites portenhas apesar de, paradoxalmente, estas nutrirem um profundo sentimento anglófobo, semelhante ao fenômeno que ocorria na Espanha.[63]

Os hispano-platinos, contudo, ainda não podiam respirar aliviados, pois os informes da imprensa londrina sobre os sucessos no Prata haviam entusiasmado sobremaneira os ingleses. Ademais, apesar de haver sido derrotada em solo firme, a Marinha britânica não fora afetada e permanecia bloqueando o estuário, especialmente Montevidéu. Da Inglaterra, eram mandados reforços para o Prata e uma força-tarefa para a conquista da Capitania Geral do Chile, a partir de Valparaíso.

Nesse ínterim, ante a imobilidade de Sobremonte, Liniers e outras lideranças locais platinas passaram a preparar a defesa contra novas e iminentes invasões.

Os reforços britânicos já se encontravam no oceano quando a opinião pública inglesa foi colhida pela notícia da derrota de Beresford. Como já não era possível reverter a ação iniciada, foram tomadas algumas medidas: Popham foi chamado imediatamente à Inglaterra e substituído pelo almirante Auchmuty; por sua vez, a força que se dirigia para o Chile, sob o comando de general Crawford, foi desviada para o Prata, sendo também enviados reforços do Cabo. Tudo isso objetivava consertar a situação.

No início de 1807, uma pequena força da frota que fazia o bloqueio invadiu Maldonado, numa atuação que não teve maiores efeitos. Em fevereiro, chegou Auchmuty, que reembarcou as tropas em Maldonado sob o comando de um certo Backhouse, de onde se dirigiram para Montevidéu, praça que foi conquistada após forte resistência de seis mil homens.

Em seguida, chegavam ao estuário os generais Crawford e Whitelocke, este último com o comando unificado de todas as forças de Sua Majestade britâ-

[61] Uma testemunha ocular. *Contribuições para a História da guerra entre o Brasil e* Buenos *Aires*. São Paulo: Martins, 1946, p. 77.
[62] STREET, op. cit., p. 89-94.
[63] MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. A ilustração no poder: Carlos III. *Estudos ibero-americanos, Porto Alegre,* separata, v. XIII, n. 2, dezembro de 1987, p. 128.

nica estacionadas na região[64] e tendo a missão de retomar Buenos Aires.

Sem tapetes vermelhos nem boas-vindas, Whitelocke, que ostentava o pomposo título de Governador Geral da América da Sul, teve de enfrentar a hostilidade civil em terreno adverso, numa terra distante. Além disso, defrontou-se com outro problema sério: parte de suas tropas debandara para o lado inimigo ou, simplesmente, desertara para integrar a paisagem da Pampa.

Em junho de 1807, Whitelocke desembarcou numa região de alagados próxima a Buenos Aires onde, literalmente, *atolou* seus soldados e seus canhões. Apesar de, posteriormente, ter conseguido vencer o obstáculo pantanoso, Whitelocke foi fragorosamente batido naquela cidade. Estavam, assim, definitivamente enterrados os sonhos de conquista ingleses, que tiveram de evacuar toda a área do Rio da Prata. [65]

Novos movimentos de Napoleão Bonaparte, entretanto, iriam, mais uma vez, alterar o rumo das relações entre ingleses e platinos.

ENCRUZILHADA

Portugal e Inglaterra, ao longo da história de suas relações, passaram por diversas fases de aproximação e de distanciamento. No entanto, não ocorreram desentendimentos sérios que, efetivamente,

[64] Uma testemunha ocular, op. cit., p. 78.
[65] GRAHAM -YOOLL, op. cit., p. 39-41.

levassem ao rompimento da secular aliança, mesmo nos períodos em que as relações entre ambos se tornaram mais difíceis ou delicadas.

Uma grande quantidade de acordos, tratados e alianças, tácitas ou expressas, tinham sido firmados entre as duas nações desde o século XIII até o início do século XIX. Na verdade, essa relação amistosa era ainda anterior - do tempo em que os cruzados ingleses ajudaram Afonso Henriques a tomar Lisboa dos mouros. Fundamentais, para qualquer estudo mais acurado acerca das relações luso-britânicas, são os tratados de 1654 e 1703 (este geralmente denominado de Tratado de Methwen), os quais garantiram à Inglaterra o *status* de nação altamente privilegiada nos negócios estrangeiros portugueses.

País pequeno e de escassos recursos naturais, Portugal jamais conseguiu se manter na posição de grande potência no meio europeu, exceto durante o curtíssimo período decorrido entre a conquista do seu vasto império colonial e advento da União Ibérica. Mas nem por isso - como tantas outras nações de menor destaque no mundo ocidental - Portugal deixou de exercer, muitas vezes, o papel de fiel da balança no jogo hegemônico entre as principais potências, como descreve *Manchester:* "Nunca chegando a ser maior que o atual estado do Panamá, Portugal atraiu, no entanto, a atenção da Espanha, da França, da Holanda e da Inglaterra, por causa de sua posição estratégica na Europa e de suas possessões ultramarinas."[66]

A secular aliança dos portugueses com a Grã-

[66] MANCHESTER, op. cit., p. 17.

Bretanha, dessa forma, enquanto, por um lado, assegurava um ponto de apoio para a sua política exterior, por outro, servia como obstáculo às possibilidades de melhores relações com outras potências. Esta situação apresentou diversos impasses para os que controlavam a política estatal lusitana, colocando os portugueses em posições delicadas, senão embaraçosas.

Como já se viu - mesmo que de forma sucinta - 1806 foi um ano estigmatizado, entre outros fatos, pelos bloqueios Continental e Marítimo. Enquanto Napoleão intentava fechar todos os portos continentais europeus ao comércio inglês, os ingleses tentavam isolar maritimamente a França e seus aliados.

Naquele mesmo ano, o Reino de Portugal tinha como soberana D. Maria I, dita a "Louca". De fato, sua loucura a impedia de assumir as rédeas do governo português, que ficou sob o comando de seu filho e príncipe regente, D. João de Bragança, conhecido na história por sua eterna indecisão. D. João era casado com D. Carlota Joaquina, infanta de Espanha, mulher de personalidade marcante, filha do rei Carlos IV e irmã do príncipe Fernando, parentesco que estabelecia fortes laços familiares entre as Coroas portuguesa e espanhola.

A hesitação característica de D. João foi posta à prova em uma situação-limite: Napoleão exigia que os portos lusitanos também se fechassem aos navios ingleses. Por sua vez, o regente português sabia não ter poderio militar suficiente para enfrentar uma eventual invasão francesa; da mesma forma, tinha pleno conhecimento de que Portugal padecia de uma dependência econômica brutal em relação à Inglaterra, reforçada e assegurada por diversos acordos. Ainda, os portugueses perderiam seus laços vitais com as suas colônias nas Índias Orientais, na África e, sobretudo, com o Brasil.[67]

O Gabinete de Assuntos Exteriores de Londres, então, encontrou uma saída: a Corte portuguesa deveria se transferir para o Brasil até que a situação estivesse sob controle na Europa. Ora, além de não pretender abandonar seu reino, o príncipe D. João sofria de um imenso pavor de viagens marítimas, fatores que provocavam o constante adiamento da decisão final pelo dirigente português. O tempo, entretanto, corria para ingleses e franceses, e as pressões britânicas cresciam na exata proporção em que o governo de Lisboa era pressionado pelos emissários de Napoleão. A situação chegou ao seu ponto-limiar em meados de 1807 e, em novembro deste ano, ante a iminência da invasão francesa, ou melhor, com os franceses já cruzando a fronteira, D. João tomou a decisão: sob proteção britânica, transferiria a Corte para o Brasil.

A transferência da Corte provocou transformações vigorosas na vida da colônia, constituindo-se num verdadeiro marco histórico rumo à independência política da América portuguesa. De parte dos ingleses, eles conseguiram firmar um vantajoso acordo comercial com Portugal em 1810, por conta das negociações que haviam precedido a fuga da família real lusitana em 1807. Com esse, garantiam um fra-

[67] Id. ibid., p. 61-72.

co, porém importante, mercado na América do Sul.[68]

A notícia da chegada e da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro provocou a compreensível preocupação das autoridades de Buenos Aires e Montevidéu. Era público e notório o centenário relacionamento anglo-português, assim como era óbvio, no raciocínio dos platinos, o grande interesse que os britânicos tinham pela região - especialmente após as frustradas tentativas de ocupação militar inglesa. Fora com igual apreensão que os hispano-americanos haviam observado, ao longo de mais de dois séculos, o constante e silencioso dilatamento das fronteiras brasileiras rumo ao interior do subcontinente.

Já há algum tempo, as autoridades coloniais espanholas na América do Sul haviam se alertado para o fato de os portugueses serem os principais contrabandistas da região do Prata, com o agravante de que tal comércio ilegal se constituía menos de produtos de origem portuguesa (colonial ou metropolitana) e mais de produtos ingleses, holandeses, etc. Portugal e Brasil eram, portanto, intermediários num comércio internacional ilícito de amplo espectro. Agora, esses velhos fantasmas pareciam ainda mais apavorantes, pois o Reino de Portugal se transferira para o Brasil. E com o temível beneplácito inglês![69]

Quanto aos britânicos, eles não pretendiam agredir qualquer sentimento na promissora América do Sul; o que desejavam era plantar sólidas amizades, que pudessem produzir bons negócios para os grupos econômicos da Inglaterra. O Bloqueio Continental decretado por Napoleão surtira certo efeito, pois as principais praças mercantis das ilhas britânicas estavam cada vez mais abarrotadas de produtos da manufatura e da jovem maquinofatura industrial inglesa. Qualquer possibilidade de garantir novos mercados era, então, comemorada na Inglaterra como se fora uma grande vitória militar, pois a sombra do colapso econômico e da recessão assustava a economia e gerava pânico.[70]

É bem verdade que havia uma nação independente, fora do ambiente europeu, que apresentava um desempenho econômico muito promissor: justamente as antigas treze colônias da Inglaterra. Porém, auto-suficientes em quase tudo e operando com os mesmos produtos que os ingleses, os Estados Unidos da América se apresentavam muito mais como competidores do que como consumidores. A tábua de salvação inglesa eram, assim, os russos e os portugueses, que teimavam em desobedecer ao bloqueio francês.[71]

Quando da invasão de Portugal, Napoleão tivera de contar não apenas com o salvo-conduto, mas também com o apoio de tropas espanholas. Entretanto, ele não confiava sequer um minuto nos seus aliados - à força - espanhóis, suspeitando, inclusive,

[68] SODRÉ, Nélson Werneck. *As razões da independência*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira,1978. p. 115-164.

[69] BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

[70] FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Também MANCHESTER, op. cit., p. 78-95; e LUCCOCK, John. *Notas sôbre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Martins, 1951.

[71] KENNEDY, op. cit., p. 131-134.

de que as autoridades espanholas faziam vistas grossas ao contrabando inglês de cabotagem na Península Ibérica. O imperador dos franceses, então, deu ordens às suas tropas para que ocupassem a Espanha.

O golpe francês na Espanha deu-se em meio a uma complicada disputa política no seio da Corte hispânica, que envolvia o ambicioso príncipe Fernando e seu pai, o rei Carlos IV. Em um ato aparentemente amistoso, Napoleão Bonaparte convidou - e não havia como esquivar-se de tal convite, pois era, de fato, uma convocação - a família real espanhola para um encontro em território francês, mais precisamente em Baione. Lá, o *Corso* obrigou toda a casa reinante dos Bourbons (*Borbónes*) da Espanha a abdicar de seus direitos à Coroa em favor da nova casa reinante - dos Bonaparte, é óbvio.[72]

Chegando tal notícia a Madri e às principais cidades espanholas, a população começou a encetar levantes contra a ocupação francesa. O movimento crescia e assumia feições de guerra civil, caracterizada pela violência e crueldade: era a Guerra de Independência da Espanha. Cheia de altos e baixos para ambos os lados, a luta na Espanha foi uma ferida aberta pela qual ameaçava escapar toda a vitalidade do Império napoleônico.[73]

O início da resistência na Espanha deu-se por meio de núcleos espontâneos e aparentemente

[72] CEVALHOS, Pedro. *Factos e maquinações (...).* Lisboa: Impressão Régia, 1808. Ver também John LYNCH. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826.* Barcelona: Ariel, 1985. p.46.

[73] KENNEDY, op. cit., p.136, onde diz: "a 'úlcera espanhola' não podia ser lancetada, nem mesmo quando 300 mil soldados franceses foram enviados ao sul dos Pireneus".

esparsos, considerados a origem da moderna *guerra de guerrilha* - por sinal, *guerrilla* é um termo militar encontrado apenas na língua espanhola, posteriormente adotado por outras línguas. No aspecto institucional, a fim de garantir uma suposta legalidade do movimento, foi organizada a Junta Suprema Central em setembro de 1808 (primeiramente em Aruanjez e, depois, em Sevilha), além de outras juntas que se diziam governativas. Os sucessos logrados por Napoleão Bonaparte em pessoa, no comando da campanha espanhola, resultaram no encurralamento dos revoltosos na ilha de Leon, onde a Junta Suprema se autodissolveu para formar, depois, um Conselho de Regência.[74]

Napoleão havia colocado no Trono espanhol seu irmão, José Bonaparte, que descreveu a situação ao imperador de forma desesperada: "Tenho por inimiga uma nação de 12 milhões de habitantes, bravos e exasperados até às últimas conseqüências ... Não, Sire, estás enganado: tua glória vai fracassar na Espanha![75]"

Desde o exitoso rechaçamento das forças inglesas do Rio da Prata, no anos de 1806 e 1807, o governo da região estivera sob a própria conta e risco dos habitantes locais. Haviam-se formado, gradualmente, duas colorações políticas cada vez mais antagônicas: os que pensavam mais objetivamente a autonomia do Prata, identificando-se com a população

[74] LYNCH, op. cit., p.46-47.

[75] MOLITERNO, Sérgio (Ed.). Napoleão. In: *Grandes personagens.* São Paulo: Abril, 1978. v.I, p. 100.

criolla, e os regalistas, que defendiam a manutenção dos laços com a metrópole peninsular logo que a monarquia borbônica fosse restaurada, estes mais identificados com a população hispânica. Os limites entre os dois grupos eram muito nebulosos, e as opções individuais - de uma forma geral -, marcadas mais por interesses pessoais do que propriamente por convicções políticas. [76]

Seguiu-se, desse modo, uma sucessão de ascensões e quedas de lideranças hegemônicas, muitas vezes concomitantes, envolvendo vice-reis, cabildos, audiências, expoentes militares e outros, fenômeno que ocorria tanto em Buenos Aires quanto nas demais províncias do vice-reinado. A constante confusão de autoridades abriu caminho para o aparecimento de chefetes locais, de ação completamente desordenada e em constante conflito entre si: os caudilhos. [77] Para piorar a situação, como forma de garantirem legitimidade às suas ações, todas as autoridades afirmavam governar em nome do rei prisioneiro, Fernando VII, sob hipotética sujeição à Junta Suprema Central. Os platinos, por conseqüência, já se encontravam à sua própria sorte - independentes de fato, mas hesitantes em declarar a independência de direito.

Nesse ínterim, o Gabinete de Assuntos Exteriores britânico enviou ao Rio de Janeiro, como plenipotenciário, o hábil Lord Strangford, que havia sido

[76] STREET, op. cit., p. 92 e 93; e, LYNCH, op. cit., p. 10 e 11. Túlio H. DONGHI, em *sua História da América Latina*, (S.Paulo: Círculo, 1978. p. 71), assinala que: "as elites urbanas espanholas e nativas não têm confiança recíproca; ambas proclamam-se as únicas leais nesse momento de prova".

[77] PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1987. p.35-37.

anteriormente encarregado das negociações com D. João para o translado da família real de Portugal para o Brasil. A competência do diplomata seria requerida também no intrincado e delicado jogo de relações platino. [78]

O interesse dos ingleses de buscarem boas relações com o Prata não era em vão; Apesar de a região ser um possível mercado fornecedor e consumidor menor que qualquer nação européia, por seu caráter de empório da América do Sul espanhola, o Prata, e mais especificamente Buenos Aires, representava um mercado mais vantajoso que o brasileiro. Boas relações, contudo, implicavam definição de autoridade institucional e tranqüilidade política na região a fim de que a nova frente comercial pudesse desenvolver plenamente suas potencialidades. [79]

Supor estabilidade no Prata das primeiras três décadas do século XIX era, no entanto, um ideal utópico mesmo para a mais hábil das diplomacias. A diversidade de agentes históricos, de fatores em jogo, e a divergência de objetivos transformavam essa tentativa em uma tarefa hercúlea. Os ingleses, todavia, não deixariam de tentá-la.

O primeiro problema surgiria no seio da própria estratégia britânica: ao bancar a transferência da Corte lusitana, os ingleses haviam trazido junto um grande problema, chamado Carlota Joaquina.

[78] MANCHESTER, op. cit., p. 79.

[79] De Strangford a Castlereagh: "Ocorreu ultimamente outra dessas mudanças repentinas (...) Estou certo que experimentam, em geral, em Buenos Aires os inconvenientes de um regime político tão precário e pouco apropriado para inspirar confiança". *Apud*: WEBSTER, Charles K.. *Gran Bretaña y la Independencia de la America Latina*. t. I. Buenos Aires: G. Kraft: 1944. p. 120.

No desenrolar dos acontecimentos das abdicações de Baione e da ocupação da Espanha, D. Carlota, de imediato, se auto-intitulou representante da dinastia borbônica espanhola, reclamando seus direitos sobre toda a América colonial espanhola. Com isso, passou a negociar abertamente e, quando isso não era possível, a conspirar secretamente com grupos simpatizantes à sua causa em todos os vice-reinados sul-americanos. A infanta de Espanha, porém, tinha mais adversários que simpatizantes, o que era de se esperar, pois a maior parte das autoridades hispano-americanas a via não como herdeira borbônica, mas como a esposa de D. João; portanto, representante dos interesses expansionistas portugueses na América do Sul. [80]

D. João realmente sonhava em alargar as fronteiras de seus domínios, mais especificamente rumo ao sul, para a conquista integral da porção norte do estuário do rio da Prata. Os portugueses nunca haviam se conformado com a perda da Colônia do Sacramento e insistiam em travar escaramuças com os hispano-platinos. A última versão desta história ocorrera em 1801, quando um grupo de aventureiros, sob auspícios oficiais ainda não bem esclarecidos pela Historiografia, lograra conquistar aos portugueses as missões orientais do Uruguai - antigos Sete Povos das Missões.[81]

D. Carlota não queria ser, apenas, a mulher do rei. Senhora de extremada ambição política, pretendia o título de rainha da América espanhola ou qual-

[80] ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Qué fué el carlotismo*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1971.

[81] BANDEIRA, op. cit., p. 70.

quer coisa semelhante. D. João, por seu turno,apesar de utilizar a ambição e as hipotéticas prerrogativas da esposa quando lhe convinham, buscava sempre obstruir os alçamentos de sua inusitada cônjuge; já os mais influentes políticos hispano-platinos, por problemas internos que mal sabiam como resolver, não queriam saber nem de D. Carlota, nem de D. João. [82]

Em meio a esse perigoso turbilhão, estava Strangford, que carregava o pesado fardo de simbolizar, praticamente sozinho, a autoridade e a influência de Sua Majestade britânica. Tinha ele, ainda, que equacionar delicados contratempos provocados pelos próprios súditos de Sua Majestade, num universo que incluía agentes secretos, comerciantes inescrupulosos, militares arrogantes e ineptos e outras figuras tais. [83]

O agravante, entretanto, vinha outra vez da Europa. Os acontecimentos da Guerra de Independência da Espanha haviam aberto, para os ingleses, a perspectiva de um novo aliado, absolutamente inesperado, por ser seu rival há séculos. Nunca houvera antes uma aproximação tão forte entre espanhóis e ingleses como a que ocorreu no período de 1808 a 1814.

Havia divergências entre os formuladores da política exterior britânica quanto às posturas oficiais a serem assumidas nas questões americanas: alguns defendiam o fomento aos movimentos emancipacionistas, ao passo que outros postulavam a intervenção direta na esfera colonial de outras potên-

[82] MANCHESTER, op. cit.,p. 104-125 ou LYNCH, op. cit., p. 53.

[83] Id. ibid., p.108-125.

cias. Suscitavam problemas da mesma ordem o questionamento sobre se a Inglaterra deveria dar ou não apoio ao expansionismo lusitano na América do Sul e o tipo de atitude a ser tomada frente à crescente concorrência mercantil ianque.[84]

A aproximação com a Espanha inaugurou uma fase diplomática extremamente ponderada e comedida na política exterior inglesa em relação aos platinos. Não havia, nesse sentido, nenhum incentivo oficial a movimentos de independência, como também era descartada publicamente qualquer intenção inglesa de ocupação militar da região. Isso era explicável na medida em que defender a autonomia dos povos hispano-americanos significaria pôr em risco a nova aliada ibérica. Além disso, os britânicos esperavam - terminada a ameaça napoleônica - concluir com os espanhóis acordos semelhantes aos realizados com os portugueses, o que garantiria, em tese, o comércio com as colônias americanas sem que fosse preciso emancipá-las. Esta última possibilidade era muito mais saudável para o pensamento vigente entre as elites ingleses, pois afastava o temor de movimentos populares explosivos, espelhados na Revolução Francesa de 1789.[85]

Nesse sentido, o apoio às pretensões de D. João ou às de D. Carlota também atrairia o imediato repúdio dos espanhóis peninsulares. Strangford - articulador *in loco* das linhas mestras da política inglesa - teve, então, em diversas situações, de utili-

[84] BEYHAUT, Gustavo & Hélene. *America Latina*. Madrid: Siglo XXI, 1986. p. 18.

[85] STREET, op. cit., p. 147. Também, Juan Carlos PEREIRA, *Introducción al estudio de la politica exterior de España*. Madrid: Akal, 1983. p. 107.

zar sua habilidade diplomática para evitar sérios contratempos. Exemplificando: tendo chegado ao Brasil, ele tomou conhecimento de que os portugueses haviam oferecido proteção aos povos platinos, a qual, segundo eles, seria garantida por seu poderoso aliado - o Reino Unido -, o que Strangford desmentiu veementemente. Por sua vez, D. Carlota, esperando poder governar o Rio da Prata à revelia do marido, planejara um desembarque triunfal na região sob o comando da frota britânica, apoiada pelo almirante Sidney Smith e pelo agente Burke. Strangford teve, então, de enfrentar as pretensões de D. Carlota e a oposição de seus dois compatriotas. Outra questão embaraçosa ocorreu quando da posse da Banda Oriental do Uruguai, tendo o plenipotenciário inglês desautorizado repetidas vezes a utilização do nome da Grã-Bretanha como forma de pressão por parte de qualquer uma das partes envolvidas. Afora outras situações delicadas, Strangford ainda tinha de monitorar a atuação dos emissários do governo norte-americano na região, que trabalhavam, constante e insidiosamente, no sentido de desacreditar a Inglaterra.

Sem dúvida, a atuação de diplomatas, militares, comerciantes e políticos ingleses, no período de 1808 a 1814, parecia situar-se, permanentemente, numa encruzilhada. E ninguém possuía o mapa para poder decidir-se com segurança, ou seja, o caminho teria de ser encontrado por tentativa e erro. Nesse sentido, o pragmatismo calcado em ponderação e bom senso era muito mais precioso que qualquer grande projeto idealizado.

Os Estados Unidos da América, durante o pe-

ríodo inicial de sua existência como nação livre, defendiam a absoluta neutralidade como a tônica preponderante em sua política exterior. Negavam-se, portanto, por coerência política e interesses comerciais, a sujeitar-se ao bloqueio naval imposto pelo governo de Londres, continuando a mercadejar com as potências em guerra com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Este foi o estopim de uma curta guerra em 1812, que envolveu ianques e ingleses e que escondia, sob o véu do Bloqueio Marítimo, uma rivalidade ascendente entre os dois países no que se referia a posições de destaque na política e na economia das Américas Central e do Sul. O curioso é que os combates navais (em sua maioria vencidos pelos norte-americanos) se deram no mar das Antilhas e no litoral brasileiro. [86]

Apesar de logo ter sido firmada a paz (1814), o conflito demonstrou, tanto para ingleses como para ianques, que se encontravam numa disputa pela preeminência no continente americano a qual se arrastaria por muitos anos. Realmente, a rivalidade anglo-americana ainda perduraria por mais de um século.

Dois anos antes, em maio de 1810, os portenhos haviam deflagrado uma revolução. A triunfal campanha de Napoleão na Espanha obrigara a Junta Central Suprema e as forças rebeldes a se concentrarem na cidade de Cádiz, onde fora estabelecido um Conselho de Regência e iniciada a elaboração de uma nova constituição. Os habitantes de Buenos Aires, contudo, haviam se negado a admitir a legitimidade dessa nova autoridade metropolitana, insurgindo-se contra os resquícios da administração colonial no vice-reinado. Naquele momento, Buenos Aires se dispunha a assumir seu próprio governo até que o esperado futuro rei, Fernando VII, retornasse do cativeiro na França.

[86] KENNEDY, op. cit., p. 138.

Na cidade, havia o chamado *cabildo abierto;* permanecia existindo a figura do vice-rei e fora formada uma junta governativa. Por outro lado, a resistência realista e reacionária concentrava-se em Montevidéu, enquanto o interior permanecia, de fato, nas mãos da política caudilhesca local. Crescia, assim, a confusão de autoridade em todo o vice-reinado, em torno, agora, de três colorações políticas distintas: os realistas conservadores, os unitaristas e os federalistas. [87]

É patente a ausência de uma linha de conduta definida por parte dos britânicos, na época, com relação ao burburinho político nas Províncias Unidas do Rio da Prata. Como a diplomacia inglesa restringia-se a defender posições consagradas de Direito Internacional e os interesses imediatos dos súditos britânicos residentes na região, evitava colocar o dedo na perigosa ratoeira representada pela política interna platina.

Aproximadamente em 1811, um novo elemento começou a atrair as atenções de hispano-platinos, luso-brasileiros, norte-americanos e britânicos. Personagem de profundo carisma entre as populações índia, negra e mestiça - a grande maioria, portanto - da Campanha uruguaia, ele estaria destinado a ocupar espaço destacado na galeria dos mitos platinos:

[87] MEJÍA, Héctor Ramos. *História de la Nación Argentina.* Buenos Aires: Ayacucho, 1945. p. 72-93. LYNCH, op. cit., p. 63-70.

José Gervásio Artigas.

O movimento artiguista, iniciado como luta contra a resistência conservadora dos realistas montevideanos, logo adquiriu conotações de emancipação social das classes não privilegiadas. O *Protector de los pueblos libres*, como passaria a ser chamado Artigas, inspirou a desconfiança de realistas do vice-reinado, dos unitaristas buenairenses e da Corte portuguesa do Rio de Janeiro, nesta última, especialmente, pelos seus claros interesses de retomar as missões orientais, incorporadas ao território luso-brasileiro em 1801.[88]

A situação estava fugindo ao controle até do hábil Strangford. Em 1811, sob o pretexto de ter sido chamado a auxiliar Montevidéu (o que, de fato, aconteceu), D. João ordenou a invasão da Banda Oriental. Artigas, então, levou a cabo o famoso *Grande Êxodo,* conduzindo o povo oriental para o outro lado do Uruguai. Posteriormente, Artigas retornaria, angariando simpatias por toda a parte, chegando ao auge de sua carreira de estadista em 1815, quando seu *Protectorado* incluía a Banda Oriental, Corrientes, Entre Rios, Missiones, Santa Fé e Córdoba.

Os portenhos, todavia, ao mesmo tempo em que elogiavam o *Protector*, às suas costas, conspiravam com os realistas de Montevidéu. Os luso-brasileiros, por sua vez, não escondiam sua desaprovação à presença artiguista e juntavam tropas nos limites do Rio Grande a fim de hostilizá-lo. O clima *fervia* - como de hábito - no ambiente do Prata, e os ingleses lastimavam que os platinos estivessem, nas palavras de Strangford, revivendo o "detestável e vulgar canto dos jacobinos."[89]

[88] ORICO, Osvaldo. *Homens da América*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 31-39. LYNCH, op. cit., p.108-111.

Em 1814, Fernando VII retornava à Espanha, encantando muitos na exata proporção em que desiludia outros. Em 1815, Strangford deixava o Rio de Janeiro; com ele, também partiam a habilidade e o tato da diplomacia inglesa em relação às questões platinas.

Outra vez, os caminhos históricos trocariam seus leitos.

CONVERGÊNCIA

Em 11 de dezembro de 1813, firmou-se o Tratado de Valencé que, entre outros pontos, estabelecia o retorno da casa de Bourbon ao Trono espanhol. Enfim, o tão desejado Fernando VII retornava à Espanha, que fielmente o esperara.

O novo monarca havia jurado - por imposição - a Constituição de cunho liberal, elaborada em Cádiz nos anos da resistência antifrancesa. Logo ao assumir o poder, em 1814, Fernando VII, entretanto, anulou todas as conquistas liberais e implantou novamente o absolutismo naquela nação ibérica. Isso implicava não apenas o controle absoluto do poder político pelo rei, mas, também, a tentativa de reatamento dos laços coloniais exatamente nos moldes

[89] STREET, op. cit., p. 207 e 208. MANCHESTER, op. cit., p. 123.

anteriores ao *furacão* napoleônico que varrera a Espanha.[90]

Os ingleses permaneciam *amarrados* a compromissos diplomáticos com os espanhóis, tais como o Tratado de Paz, Amizade e Aliança, de 14 de janeiro de 1809, reforçado pelo novo Tratado de Amizade e Aliança, de 5 de julho de 1814. Ainda, a Grã-Bretanha comprometia-se a se manter em posição de neutralidade nas questões americanas.[91]

A Espanha havia perdido muito do contato com suas colônias americanas no desenrolar das guerras napoleônicas, no que fora, por conseqüência, gradativamente substituída pela presença inglesa. Assim, o intercâmbio mercantil entre a América de fala castelhana e os ingleses já era intenso à época do retorno de Fernando VII, caracterizando um quadro que praticamente era irreversível.[92]

Era ainda mais radical o quadro no estuário do Prata. Desde maio de 1810, os portenhos se consideravam integrantes das Províncias Unidas do Rio da Prata, não mais do Vice-Reinado do Rio do Prata. Grandes mitos da *libertação* platina, como Belgrano, San Martin e outros, empenhavam-se na luta contra as presenças realistas no Alto Peru (considerada mais uma das *províncias*) e em toda a região andina

[90] KAPLAN, Marcos. *Formación del Estado Nacional en América Latina*. Buenos Aires: Amorrurtu, 1983, p. 119, onde cita: "Reposto Fernando VII no trono, demonstra que não aprendeu nada (...) A brutal mediocridade do regime fernandino faz fracassar uma nova tentativa de renovação interna na Espanha e possibilita, em última instância, a quebra definitiva do Império".

[91] WEBSTER, op. cit., p. 13 e KAPLAN, op. cit., p. 119 e 120.

[92] IRAZUSTA, Julio. *Influencia económica británica en el río de la Plata*. Buenos Aires: Eudeba, 1984. p. 07-37.

do antigo vice-reinado. Até em regiões mais vizinhas a Buenos Aires, como Montevidéu, existia a perigosa presença de forças realistas atuantes.[93]

Mais que o perigo representado pelos absolutistas, os portenhos temiam as lideranças provinciais caudilhescas que, de forma incessante, fustigavam e desafiavam a preponderância buenairense da região. Era a luta da *civilização* unitarista portenha contra a *barbárie* federalista provincial, segundo o pensamento de muitos líderes e intelectuais de Buenos Aires.[94]

Apenas como exemplos da dilaceração interna das Províncias Unidas, podem ser apontados o Paraguai de Dr. Francia, *El Supremo*, que se alçara ao cargo de "Diretor Supremo" de seu país após uma junta tê-lo declarado independente, ou o *Protectorado* de Artigas. Isso afora os enfrentamentos nas províncias, como em Salta ou Jujuí, e a eterna rivalidade portenho-cordobesa.

Por outro lado, a possibilidade de os absolutistas peninsulares simpatizarem - ou até aceitarem - com os constantes acenos de *proteção* por parte do também absolutista príncipe D. João, do Rio de Janeiro, gerava apreensão quanto ao expansionismo luso-brasileiro no subcontinente.[95]

Quanto aos ingleses, já se pode, a esta altura da cronologia histórica da região, admitir, com segurança, algumas linhas gerais referentes a suas posturas e aspirações:

[93] DONGHI, op. cit., p. 77-83.

[94] SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo*. Buenos Aires: Sopena, 1938. Ver também, Francisco VIANA, *Argentina, civilização e barbárie*. S. Paulo: Atual, 1990.

[95] BANDEIRA, op. cit.

- os britânicos estavam muito mais interessados em garantir sua presença na América do Sul atlântica do que na orla do oceano Pacífico;
- tendo já conquistado a preponderância nos assuntos exteriores luso-brasileiros, eles buscavam obter semelhante posição no Prata e na Venezuela;
- era incontestável o absoluto desinteresse dos ingleses por assuntos internos e pela geopolítica da *hinterland* subcontinental; eles objetivavam tão somente o controle de posições-chave (ilhas Falkland, Buenos Aires, barra do Rio Grande, praia dos Ingleses, Rio de Janeiro e Cartagena);
- os ingleses tinham abandonado, desde 1807, qualquer tentativa de intervenção militar na região;
- não pretendiam interferir em assuntos internos, exceto quando afetassem o livre-tráfego, o livre-comércio os bens e propriedades de cidadãos britânicos, ou no caso de conflitos regionais que pudessem vir a provocar alguma dessas situações;
- os britânicos abstinham-se de participar das tentativas de bloqueio do comércio entre sul-americanos com outras nações do mundo, a fim de criar um virtual monopólio inglês na América do Sul.

A aspiração marcante de estabelecer excelentes relações com a região da orla atlântica pode ser explicada, entre outras razões, pela nova alteração

do eixo-forte de intercâmbio internacional para o oceano Atlântico como um todo. *Fernand Braudel* é um dos autores que analisa a transferência do eixo do Mediterrâneo para o mar do Norte. Relata ela que, com o ingresso dos Estados Unidos no cenário internacional, em fins do século XVIII, e a relativa *abertura* dos mercados latino-americanos para o mundo nas primeiras décadas do século XIX, constata-se o fortalecimento do eixo atlântico. Nesse sentido, estabelecida uma presença colonial direta dos ingleses nas Guianas, a partir de Georgetown, bem como a preeminência no Brasil, fazia-se necessário, então, marcar posições na Venezuela e no Prata.[96]

Quanto à preferência pelo estabelecimento de cabeças-de-ponte para a penetração econômica ou geopolítica inglesa, tratava-se isso de uma prática comum. Até o último quartel do século XIX, mais especificamente até a Era Vitoriana, a Inglaterra relutara em adquirir possessões territoriais ultramarinas extensas, à exceção das possessões de caráter colonial da Nova Inglaterra, da Virgínia e do Canadá. No caso platino, como se viu no primeiro capítulo, a hegemonia econômica no estuário do rio da Prata poderia significar a preponderância mercantil - indireta - sobre toda a bacia hidrográfica, mesmo com a instabilidade política da região. Daí o interesse da Inglaterra por Buenos Aires e Montevidéu!

Relativamente às demais linhas gerais admitidas, tratava-se de posturas consagradas de política exterior, as quais, por mais incômodas que pudessem se apresentar em determinados momentos, de-

[96] BRAUDEL, op. cit., p. 692-694

veriam ser efetivadas sem hesitação para que não se colocassem em risco elementos fundamentais - como bem o sabiam os ingleses - no trato de relações diplomáticas, tais como confiabilidade, coerência e constância.

A realidade vivida em Buenos Aires já se tornara completamente incompatível com o reatamento do exclusivo colonial, por mais abrandada que pudesse ser sua forma. O processo de radicalização crescente ocorrido desde a revolução de maio de 1810 culminaria com a declaração formal de independência das Províncias Unidas do Rio da Prata em 1816.[97]

Nesse mesmo ano, sob o pretexto de deter as *perigosas* ações artiguistas junto à fronteira sul de seu império, o agora rei D. João VI ordenou pela segunda vez a invasão da Banda Oriental. Pouco tempo antes, Artigas havia tomado Montevidéu aos realistas. Em 1815, D. João havia elevado o Brasil à categoria de Reino Unido, juntamente com Portugal e Algarves, o que demonstrava claramente os fortes interesses portugueses na América, bem como a mudança do núcleo dinâmico do mundo lusófono de Lisboa para o Rio de Janeiro.

José Gervásio Artigas não incomodava apenas a D. João VI, mas também à supremacia buenairense no Prata. Assim, foi com o secreto beneplácito portenho que os luso-brasileiros ofereceram combate incessante ao *Protector de los pueblos libres* em toda a Banda Oriental. Não era uma luta fácil, pois a superioridade portuguesa em efetivos e armas era contrabalançada pelas operações guerrilheiras dos

[97] LYNCH, op. cit., p. 81 e 82.

artiguistas; contudo, a longo prazo, a vitória portuguesa era esperada. A partir desta perspectiva, o governo de Buenos Aires, temendo a anexação da Banda Oriental por D. João VI, mudou de posição, passando a condenar a presença lusa no Uruguai, notadamente após a derradeira derrota de Artigas em Taquarembó.[98]

No mesmo ano da derrota artiguista, 1820, Fernando VII da Espanha enviou uma poderosa frota a Buenos Aires para submeter os rebeldes ali sitiados. A própria frota, porém, rebelou-se, passando a participar da revolução constitucionalista espanhola. Isso ensejou a D. João VI um ato que vinha adiando: a anexação da Banda Oriental com o nome de Província Cisplatina. Ainda nesse ano, explodia a Revolução - liberal e constitucionalista - do Porto, que obrigou o regresso, também adiado, de D. João a Lisboa, fato que apressaria o processo de emancipação política do Brasil.[99]

O ato de anexação do Uruguai transformou aquela região no pomo da discórdia entre o Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Os argentinos jamais admitiriam a dominação luso-brasileira tão próxima a Buenos Aires, porque ficava ameaçado o livre-tráfego no estuário e submetia-se uma região reclamada de direito pelos rio-platenses. Os portugueses, por sua vez, não aceitavam a idéia de abandonar um território tomado a tão duras penas e com tantos gastos. Isso significava um novo problema para a di-

[98] Id. ibid., p. 116 e 117.

[99] LIMA, Oliveira. *História da civilização*. São Paulo: Melhoramentos, 1963. p. 347 e 348.

plomacia e para os comerciantes britânicos da região, considerada - proporcionalmente - uma das mais conturbadas do planeta nas primeiras décadas do século XIX. [100]

A política exterior inglesa não havia reconhecido a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata por causa da questão espanhola e dos compromissos assumidos com aquele Reino ibérico. Por outro lado, tentava atuar como mediadora entre Buenos Aires e a Espanha ou Portugal. Mas a política britânica, já então, apontava claramente para a defesa do livre-comércio com a América hispanófona, trabalhando arduamente em favor da elaboração de uma política convergente a fim de evitar confrontos, tanto militares como diplomáticos. Isso porque a economia britânica sempre saía fragilizada de conflitos armados, pela alteração de objetivos e ritmos do setor produtivo - em especial na indústria - em tempos de guerra. Os ingleses aspiravam à paz e à estabilidade internacional; aspiravam à convergência, não por se tratar a Inglaterra de uma nação filantropa e altruísta, mas pelo alto preço a ser pago por um país que alcançara a posição de potência hegemônica e pelos seus interesses em jogo.[101]

Após 1820, uma a uma, as colônias ibéricas na América foram se declarando independentes sem que Fernando VII conseguisse evitar o verdadeiro *efeito dominó* americano. Em 1822, foi a vez de o Brasil

[100] BANDEIRA, op. cit., p. 83-97 e GRAHAM-YOOLL, op. cit., p. 67-85.

[101] KENNEDY, op. cit., na p. 153 a 155, demonstra que a grande expansão da economia inglesa se deu no período de poucos estremecimentos externos a partir de 1815. Idéia semelhante expressa André Gunder FRANK, *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*, (São Paulo: Brasiliense, 1980), em que apresenta a idéia de uma *Pax Britannica*.

desligar-se da pátria-mãe, em um caso *sui generis* uma vez que o filho de D. João VI, o príncipe-regente D. Pedro (D. Pedro I), foi feito imperador do Brasil, mantendo o sistema monárquico, um exemplo único na América do Sul libertada, onde as outras novas nações independentes transformavam-se, invariavelmente, em repúblicas.

Nos Estados Unidos, em 1823, o presidente James Monroe declarou ao mundo a famosa Doutrina Monroe, cuja máxima era as "Américas para os americanos". Por meio dela, ele condenava qualquer intervenção estrangeira nos destinos das nações americanas, afirmando que os Estados Unidos partilhavam do destino do restante do continente. No biênio 1822-1823, os ianques haviam reconhecido inúmeros países recém-libertados do jugo colonial. Sem dúvida, o exemplo da revolução de 1776 nas treze colônias, juntamente com a Revolução Francesa de 1789, inspirara a quase totalidade dos revolucionários latino-americanos. Agora, o novo movimento da política exterior norte-americana visava a angariar simpatias crescentes e a assegurar aos Estados Unidos a liderança moral - quiçá política e econômica - nas Américas. [102]

Nesse contexto, a independência do Rio da Prata foi reconhecida oficialmente pelos Estados Unidos em 1822. Tal atitude acelerou a predisposição da Grã-Bretanha ao reconhecimento uma vez que ela não queria perder a verdadeira corrida diplomática que se desenvolvia na época. Para isso, era necessário que se fizesse os espanhóis compreenderem (tarefa

[102] STREET, op. cit., p. 269.

complicada) a irreversibilidade dos acontecimentos latino-americanos. As negociações com os portugueses em relação ao Brasil haviam sido bem mais fáceis, tendo sido conquistado o reconhecimento em 1824, se bem que os ingleses tivessem enviado missões consulares às nações latino-americanas ainda em 1822. [103]

Em 1823, os franceses cruzaram novamente os Pirineus com o objetivo de invadir a Espanha, desta vez para assegurar a monarquia absolutista contra as *conturbações* liberais vividas ali desde 1820. Vencidos os revolucionários espanhóis, novamente a França tomou à Inglaterra o papel de potência de destaque no trato das relações exteriores espanholas. As renitentes negativas de Fernando VII em aceitar as independências na América Latina haviam esgotado o limite da ponderação britânica: frente ao avanço ianque, os ingleses obtiveram do ministro Polignac, em nome da ocupação francesa na Espanha, a declaração de desistência de qualquer tentativa de invasão militar na América, com o que puderam ser reatados os laços coloniais com a Espanha.[104]

Brilhante golpe diplomático! As nações sul-americanas saudaram efusivamente a atuação britânica e elegeram a Grã-Bretanha como a protetora das liberdades latino-americanas. A Doutrina Monroe fora, desse modo, eclipsada. A partir de 1824, já cansadas de aguardar os bons ofícios de Fernando

[103] WEBSTER, op. cit., p. 24-38.
[104] PEREIRA, op. cit., p. 118 e WEBSTER, op. cit., p. 107.

VII, as autoridades inglesas decidiram reconhecer os novos países, iniciando pelas Províncias Unidas do Rio da Prata. Este reconhecimento não se deu por meio de instrumento formal e específico, mas, sim, por intermédio de outra forma aceita em Direito Internacional - o que é muito significativo-, ou seja, a subscrição de tratados de comércio. O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda recuperava, dessa forma, a primeira posição na disputa internacional pelas simpatias dos latino-americanos. [105]

O barril de pólvora representado pela Banda Oriental explodiria outra vez no ano de 1825. Um militar que havia participado das lutas ao lado de Artigas - Lavalleja - comandou os seus *treinta y tres orientales* numa investida para a libertação do Uruguai do domínio brasileiro, tendo amplo apoio de Buenos Aires. O Prata seria, então, uma vez mais, arrastado à guerra, o que afetaria seriamente os interesses de estabilidade dos ingleses. Ao mesmo tempo em que Buenos Aires encaminhava representantes diplomáticos à *City* londrina, cobrando que, em 1812, para pôr fim às hostilidades na Banda Oriental, os britânicos haviam-se comprometido a garantir o *status quo ante* na região, os ingleses, por sua vez, negavam em absoluto ter concedido tão séria garantia. Estava aberto, assim, um sério incidente diplomático. [106]

Por outro lado, a frota brasileira bloqueava Buenos Aires a toda e qualquer embarcação, enquanto portenhos e orientais *infestavam* o litoral sul do

[105] WEBSTER, op. cit., p. 33 e 34.
[106] Id. ibid., p. 101. Também. BANDEIRA, op. cit., p. 86.

subcontinente de corsários sob suas bandeiras. A situação era, de todo, extremamente prejudicial à Grã-Bretanha que, no entanto, foi obrigada a manter neutralidade no assunto.

Uma vez mais sobrepor-se-ia a necessidade de convergência de interesses para que se lograsse a tranqüilidade comercial da região. Com este intuito, foi oferecida a mediação inglesa, aceita pelas partes. A escolha do mediador recaiu sobre Lord Ponsonby, que havia sido nomeado ministro plenipotenciário de Sua Majestade britânica após o reconhecimento das Províncias Unidas.[107]

A situação havia se tornado exasperante para a Inglaterra, haja vista que o comandante da esquadra argentina era o almirante Brown e o da esquadra brasileira, almirante Norton - ambos cidadãos britânicos. Além disso, grande parte das armadas do Brasil e da Argentina também era formada por marinheiros britânicos. Aliás, só a armada brasileira contava com duzentos ingleses. Os súditos de Sua Majestade estavam, assim, literalmente, se matando no Prata. [108]

Outros interesses ingleses mais recentes, igualmente, entravam em jogo. Além do comércio com as nações envolvidas no conflito, haviam sido feitos investimentos e concedidos empréstimos públicos ou particulares ao Brasil e à Argentina. O próprio Banco de Buenos Aires (também Banco de Descontos e futuro Banco Nacional) encontrava-se sob o controle

[107] STREET, op. cit., p. 273.
[108] MANCHESTER, op. cit., p. 141.

majoritário de acionistas ingleses. Conseqüentemente, o ambiente de guerra, somado à normal atitude de insegurança com relação a investimentos na América Latina, poderia provocar sobressaltos indesejáveis no meio financeiro da *City*. [109]

A Missão Ponsonby, então, estava carregada de responsabilidades as mais diversas e precisava encontrar soluções rápidas, que não prejudicassem o futuro intercâmbio entre as duas nações sul-americanas e a Grã-Bretanha.

A saída encetada a princípio não agradou nem a gregos nem a troianos. Lord Ponsonby recomendava - devidamente instruído pelo Gabinete de Relações Exteriores inglês (o *Foreign Office*) - que se declarasse a Banda Oriental como nação independente. Isso poderia ser uma opção que interessava também aos ingleses caso tivessem em mente à época o dito romano: *divide et impera*, o que, todavia, não pode ser afirmado com segurança.

Superadas tenazes resistências diplomáticas, ficou, finalmente, acordada a criação de um Estado-tampão na região da discórdia, que ficaria sob a mútua proteção das Províncias Unidas e do Império do Brasil. Nascia, assim, a República Oriental do Uruguai, sob os auspícios da Grã-Bretanha e tendo inimigos figadais por padrinhos. Era o ano de 1828.[110]

A pacificação do Prata, entretanto, estava longe de ser alcançada, embora nada mais fosse semelhante ao que ocorrera até aqui. O caminho estava aberto para que a Inglaterra fizesse o que até então

[109] *Las inversiones estranjeras en America Latina*. Nueva York: ONU, 1955. p. 11 e 12.
[110] WEBSTER, op. cit., p. 96-104.

não lograra em definitivo: estabelecer, após tortuosos caminhos, sua hegemonia na bacia do rio da Prata. Logo chegariam, então, as primeiras estradas de ferro, os bondes urbanos, a iluminação pública; depois, viriam a eletricidade, os frigoríficos, os navios a vapor. Mais adiante, um observador atento poderia estranhar a presença de verdadeiros *gentleman* de cartola e casaca sob um sol de 30 a 40 °C, dândis do *end of century* londrino, falando português e castelhano e destoando da paisagem tropical.[111]

[111] FREYRE, op. cit.

3

CAMINHOS HISTORIOGRÁFICOS

A América é, desde Colombo, o continente dos mal-entendidos (...) A eclosão permanente dos clichês e dos mitos que ela suscita, terceiro-mundistas ou liberais, o atesta.

Alain Rouquié

Abordaram-se até aqui assuntos como a configuração geográfica da região em foco, extraindo-se as passagens históricas mais significativas para o trabalho e buscando-se, a partir da variada massa de informações disponíveis, um quadro abrangente e sintético do tema. Ainda que essas abordagens sejam sempre marcadas por uma atitude autoritária na seleção de quais possam vir a ser os eventos mais significativos, uma rápida olhada em certas facetas da evolução histórica do que, aqui, foi convencionado denominar de *presenças britânicas no Prata* permitiu que se chegasse a algumas considerações e convicções gerais a respeito do tema.

Ora, é justamente com base em tais convicções, extraídas, direta ou indiretamente, da crônica e da Historiografia, independentemente da posição ideológica assumida pelos seus autores, que se faz possível o contraponto das posições de diversos pensadores da História que este trabalho analisa.

Dessa forma, com o objetivo de sistematizar, de algum modo, a apresentação de diferentes correntes historiográficas, optou-se, neste capítulo, por identificar os cinco grandes grupos de historiadores que trataram o tema das presenças britânicas no estuário do rio do Prata, objetivando-se a defesa da hipó-

tese levantada de início, da não-intencionalidade na construção de determinadas hegemonias.

ATALHOS

Alguns historiadores e cronistas dedicaram-se à tarefa de fazer a *sua* remontagem do quebra-cabeça histórico, tomando por base o microuniverso individual, ou seja, ao invés de buscarem as soluções para as questões levantadas nos movimentos estruturais, na longa duração ou nas grandes sínteses, concentraram suas atenções nos indivíduos e nas suas ações particulares.

Essa postura, que já foi denominada de *individualismo metodológico*, talvez tenha seu grande mérito na demonstração da extrema complexidade das relações humanas, as quais, e somente elas, podem, em conjunto, constituir os grandes movimentos. Além de ser incontestável que os subsídios para qualquer grande síntese que se pretenda séria são recolhidos de obras setorizadas, individualizadas e restritivas quanto a seus objetos, é muito oportuna a definição de *Levine, Sober* e *Wrigh* sobre análises de tipo *micro*:

> *O individualismo metodológico é uma reivindicação sobre o caráter da, explicação. Afirma que todos os fenômenos sociais são mais bem explicados pelas propriedades dos indivíduos compreendidos no fenômeno. Ou, de outra maneira, que toda explicação que envolve conceitos sociológicos de nível macro deveria, em princípio, ser reduzida a explicações no plano micro dos indivíduos e suas propriedades.*[112]

Os mesmos autores também alertam para a existência de uma outra forma de análise individualizada, ainda mais radical, à qual atribuem a denominação de *atomismo*: "O atomismo é uma concepção metodológica que nega toda capacidade explicativa às relações, quer se dêem entre indivíduos, quer se produzam entre entidades sociais."[113]

No foco de interesse específico, baseado no tripé *ingleses - Prata - século XIX*, existem alguns exemplos dessas posturas metodológicas, as quais não se tratará de dividir entre *individualistas metodológicas* e *atomistas;* simplesmente, separar-se-ão os autores com tendências a dar preponderância, em seus estudos, ao elemento individual e microscópico em detrimento dos fatores estruturais. Todos são, indistintamente, colocados no mesmo grupo historiográfico: daqueles que trilham pequenos e tortuosos caminhos por onde apenas podem passar indivíduos, ou seja, os atalhos.

Talvez um dos exemplos mais marcantes dessa corrente seja a participação do plenipotenciário inglês no Rio de Janeiro, Lord Strangford, cuja atuação pessoal foi alvo de interesse de diferentes autores. *Alan K. Manchester,* por exemplo, em seu *Preeminência inglesa no Brasil*, chega a dedicar um ca-

[112] LEVINE, Andrew, et alii. Marxismo e Individualismo Metodológico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 11, v. 4, outubro de 1989, p. 58.
[113] Id. ibid., p. 59.

pítulo às ações de Strangford no Prata, denominando-o "Lord Strangford e os desígnios portugueses em relação à Banda Oriental". Neste, chega ao ponto de atribuir maior importância às atitudes de um homem apenas do que a todo um contexto que o envolvia, como se pode observar:

> *Sozinho, contando apenas com a autoridade da Inglaterra com a qual estava investido como Ministro Plenipotenciário, e com sua própria força e sutileza, manteve a paz na bacia do rio da Prata até o final das guerras napoleônicas, e frustrou os esforços portugueses de estender seu território até o rio. Foi uma proeza notável.*[114]

John Street, da mesma forma, concede a Lord Strangford uma posição de destaque no desenrolar dos acontecimentos platinos, seguindo uma linha em tudo semelhante à adotada por *Manchester*: "Uma vez mais Strangford salvou o Prata de um ataque português (...) A paz durou enquanto Strangford permaneceu no país, ainda que em 1814 sua estabilidade era duvidosa ao cair Montevidéu em poder do exército de Buenos Aires"[115]

Outros personagens mereceram atenção especial de alguns historiadores pelos papéis que assumiram no jogo de relações da época. É um exemplo o curioso caso de D. Carlota Joaquina, filha de Carlos IV, irmã de Fernando VII e esposa de D. João, regente e depois rei de Portugal. A presença de D. Carlota no Brasil, após a transferência da Corte portuguesa, acalentou, na América hispânica, um movimento conhecido por *carlotismo*, que pretendia alçar a dita senhora ao trono de um hipotético império sul-americano.

Roberto Etchepareborda foi um dos autores que se dedicou ao fenômeno carlotista, escrevendo livro cujo título é *Qué fué el carlotismo?* No segundo capítulo da obra, sugestivamente denominado de "Dramatis Personae", o autor estabelece o perfil individual das principais pessoas envolvidas no carlotismo, entre as quais a própria D. Carlota e também o já citado Lord Strangford. Assim se refere o autor à infanta:

> *A diplomacia dúbia, o engano, a ficção, o golpe de mão, o amor romântico, o infortúnio, nada foi escasso ou faltou na existência dessa inquieta princesa, a cujo gênio e audácia quase deve a América Indiana (sic) a formação de uma monarquia continental com as armas unidas de Espanha e Portugal.*[116]

Mais adiante, *Etchepareborda* prossegue ressaltando a importância pessoal da princesa na história platina: "Esta personagem singular, qual um fantasma sutil se faz presente nos primeiros passos de nossa nacionalidade."[117]

Da obra de *Manchester*, igualmente, podemos extrair passagens nas quais todo o jogo político do

[114] MANCHESTER, Alan. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 124 e 125.

[115] STREET, John. *Gran-Bretaña y la independencia del río de la Plata*. Buenos Aires: Paidos, 1967. p. 217.

[116] ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Qué fué el carlotismo*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1971. p. 58.

[117] Id. ibid., p. 60.

Prata parece ser explicado com base nas ações dos indivíduos. No caso de D. Carlota, sua atitude não foi diferente:

> *A ambiciosa D. Carlota, que estava vivendo separada de seu marido, esperava tornar-se a rainha de toda a América espanhola. Sir Sidney Smith, no comando da frota da Inglaterra nas águas sul-americanas, usou todo o seu poder social e naval para apoiar as aspirações de D. Carlota, em oposição à política de D. João e Lord Strangford.*[118]

À semelhança desses dois personagens, com os quais já se havia tomado contato rapidamente no capítulo anterior, tantos outros tiveram suas vidas pessoais devassadas na busca de esclarecimentos ao enigma histórico. Inúmeros cronistas e historiadores seguiram os passos individuais de Strangford, de Carlota Joaquina e de outros personagens que pudessem constituir algum interesse a quem estivesse disposto a escrever sobre eles. Os exemplos acima poderiam ser multiplicados em uma lista demasiadamente extensa, mas, por si só, já demonstram claramente a postura metodológica a que nos reportamos.

O fato de tais autores se utilizarem, seguidamente, de explicações no universo do individual não indica, de maneira alguma, que excluam explicações mais genéricas por meio de grandes sistemas, correntes ou estruturas, ainda que alguns adotem tais procedimentos. O que deve ficar explícito é que posturas metodológicas nas quais preponderem ou o plano microcósmico ou o macrocósmico não são, necessariamente, excludentes entre si, mesmo que as tentativas de equacionar o problema da utilização simultânea de métodos completamente diversos possam esbarrar na ausência de um sistema interpretativo *de fundo*, que permita o trânsito e a discussão entre tais métodos.

[118] MANCHESTER, op. cit., p. 113.

VIAS EXPRESSAS

Tantas vezes consideradas pelos adversários como simplificações, falácias ou meros jogos de esquemas e exercícios de retórica, as tentativas de reconstrução de um passado histórico qualquer, com base no ângulo *macro*, também formam um exemplo típico de postura metodológica na Historiografia analisada.

As tentativas de elaboração de grandes sínteses históricas, bem ao gosto dos grandes pensadores da História do século XIX, de certo modo, caíram no ostracismo acadêmico[119] mais por seus próprios defeitos quanto aos critérios ou aos métodos adotados do que por algum eventual preconceito por parte dos pensadores, da sociedade e da História.

Análises que objetivam montar o quebra-cabeça histórico com base nos grandes sistemas, nos movimentos estruturais, nas grandes correntes (e idéias afins) permanecem sendo intentadas mesmo em nossos dias. De fato, a complexidade representada pela teia de relações individuais levou muitos his-

[119] FEBVRE, Lucien. Contra duas filosofias oportunistas da História: de Spengler a Toynbee. In: *História*. São Paulo: Ática, 1978.

toriadores a considerarem impraticável a construção de modelos históricos mediante o individualismo metodológico. Somente a observação geral dos fenômenos da História, com base em um ponto de vista superior, genérico, poderia fornecer respostas sérias às questões levantadas.

Nesse sentido, ao invés de se referirem a este ou àquele indivíduo, tais pensadores utilizam-se, geralmente, de uma linguagem carregada de categorias, substituindo as pessoas, os indivíduos existentes, por *povo*, *burguesia*, *governo* e tantas outras. Também as ações e relações entre indivíduos, como por exemplo, matar, discursar, amar, enfim, viver e morrer, são substituídas por ações e relações entre entidades sociais, tais como cultura, dominação de classe, aspirações coletivas, *élan* nacional, etc.

> *Logo até os estribos e os ponchos dos gaúchos dos Pampas viriam da Inglaterra. Este era o problema crucial - as indústria coloniais sem proteção, as manufaturas européias inundando tudo e as economias locais incapazes de absorvê-las mediante o incremento da produção e exportação.*[120]

Note-se, no texto transcrito, que não existe a definição de agentes históricos individuais, mas apenas de entidades sociais (Inglaterra, indústrias coloniais), que são relacionadas para provocar determinado fenômeno social. Em todo o contexto da obra, o autor– exatamente como a maioria dos demais que veremos a seguir– apresenta o relato de ações individuais. Concede-lhes, porém, um segundo plano, muitas vezes situando-as como mero exemplo demonstrativo de um contexto maior.

Um outro exemplo de como se tratou a ação britânica no Prata pelo ponto de vista *macro* é trazido por *Marcos Kaplan*, que chega a citar explicitamente a utilização de um viés generalizante em sua análise:

> *Desde o ponto de vista mais geral, deve computar-se os efeitos dissolventes do regime colonial, que estimulam a rebeldia e o projeto emancipador, e que são produtos do comércio legal e do contrabando, os viajantes em ambas as direções, os contatos clandestinos. (...) A ação da Grã-Bretanha constitui possivelmente o fator mais poderoso no movimento geral de pressões externas que consuma a decadência da Espanha e seu império.*[121]

Nélson Werneck Sodré, em seu memorável trabalho *As razões da independência*, também fez de entidades abstratas e incorpóreas, como países e classes sociais, elementos atuantes no processo histórico:

> *Esse quadro de choques militares é, entretanto, apenas o coroamento da expansão burguesa no ocidente europeu, comandada pela Inglaterra, em seu poderoso esforço industrial e comercial, que lhe permite o domínio das rotas marítimas, consolidado com a vitória de Trafalgar, e com reflexos profundos no processo de emancipação dos povos coloniais americanos.*[122]

[120] LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826*. Barcelona: Ariel, 1985. p. 22 e 23.

[121] KAPLAN, Marcos. *Formación del Estado Nacional en America Latina*. Buenos Aires: Amorrurtu, 1983, p. 109.

[122] SODRÉ, Nélson Werneck. *As razões da independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 68.

Um raciocínio de tipo generalizante como esse adequa-se melhor a uma noção funcionalista da História. Isso é óbvio, pois qualquer autor que pretenda defender determinada posição política no momento em que redige uma obra histórica, estará defendendo um modelo paradigmático de atuação para um grupo social específico ou para a humanidade como um todo. E que área do conhecimento humano é mais afeita à demonstração *empírica* das teorias sociais e políticas do que a História?

Não se está postulando, com isso, que *todos* os autores que utilizam o viés *macro* defendem ou militam em determinada posição teórico-política fechada e elaborada, mas, sim, que a visão mais geral da História é muito mais propícia a essa atitude do que o viés do individualismo metodológico. Nem o viés *micro* consegue se afastar da teoria e do engajamento, não existindo espaço, assim, para uma História absolutamente objetiva ou apenas estetizante. Por detrás do ato de interpretar ou de narrar, sempre existe um paradigma qualquer, não sendo nunca inócuas as conseqüências dessa atividades.

Reforça-se, aqui, então, o que já se afirmou : os pontos de vista individuais ou gerais não são, necessariamente, excludentes entre si. Nada impede que alguém os utilize de forma simultânea, fazendo o trânsito entre as interpretações que partem do geral para o particular e vice-versa. Apesar de todo o esforço, porém, é impressionante e inquestionável o caráter absolutamente lacunar da História, o que impossibilita que se tente reconstruir ou resgatar a sua totalidade. A parcela da História que se pode iluminar na escuridão do passado é ínfima em relação ao *todo* inalcançável.

Quanto aos trabalhos generalizantes, à medida que radicalizam rumo à totalização, mais perdem e ganham ao mesmo tempo na sua capacidade de resgate-reconstrução histórica, ou seja, quanto mais geral e abrangente a obra - seja no aspecto temporal seja no espacial -, mais ela recupera de uma suposta idéia geral do movimento da História; por outro lado, mais abrem espaços lacunares quanto à ação e à importância dos verdadeiros agentes históricos - os seres humanos.

O viés *macro* não deve ser considerado, pejorativamente, um *jogo fácil:* ele passa, e deve passar, por sua natureza, por cima das peculiaridades do universo *micro*, atropelando-as. Exatamente como vias expressas da narrativa histórica, ele ultrapassa o limite do *pequeno*, supera o limite baixo de velocidade da análise individual (uma vida humana raramente excede os cem anos), lançando-se na grande velocidade dos movimentos gerais do processo histórico (um hipotético *modo de produção* pode durar mais de cinco mil anos).

O individualismo, de outro lado, tira muito da capacidade de racionalização da História, já que a ausência de utilização de categorias de análise ou de modelos explicativos gerais aliena o autor da capacidade de ultrapassar a fronteira de extrema complexidade das relações pessoais, do chamado *imponderável*, obrigando-o a travar uma cansativa batalha contra a relativização absoluta ou, então, levando-o a abraçar, de vez, essa postura relativizante radical.

A generalização, por seu turno, pode fazer o autor cometer alguns *pecados* típicos, *jogando*, lite-

ralmente, realidades muito diversificadas no mesmo balaio. Assim, quando alguém como *Vásquez de Prada* afirma que "a Inglaterra achou nos novos países hispano-americanos excelentes mercados e campos de investimentos de capitais"[123], pode-se questionar: *Que Inglaterra?* Estaria o autor afirmando que os paupérrimos operários da crescente indústria britânica estavam conscientemente interessados em investimentos na América Latina? Parece pouco provável.

Cabe agora, afinal, perguntar se existe solução para esses intrincados dilemas. A proposta, aqui, não é a de estabelecer qual seria o viés mais adequado dentre os citados, mas, simplesmente, trazer à tona tal problemática, no bojo das questões acerca do início do processo de consolidação da Inglaterra como potência preeminente na história platina. A abordagem é pertinente, pois, mesmo na citação anterior, quando se referiu *Inglaterra*, poderíamos repetir a pergunta: *Que Inglaterra?* E ainda mais: *Faria sentido analisar o mesmo tema sob a perspectiva da vida pessoal de Lord Strangford?*

É certo que tais questões não tiram o mérito do fantástico esforço de tantos pensadores e cronistas em recompor ou resgatar a História. Apesar de tantas dúvidas e contratempos, as pessoas continuam e continuarão a produzir Historiografia. Urge, porém, que se estabeleçam alguns parâmetros, que *permitam e estimulem a discussão* entre as variadas tendên-cias historiográficas - entre as quais destacadas apenas duas de forma a tornar o debate mais fértil. Tal qual um *modus ponens* ou, se preferível, um *programa mínimo* para as ciências da humanidade e suas correntes interpretativas, há que se construir um sistema *racional* de diálogo. Há que se *fertilizar* o universo das ciências sociais de idéias que, se não representam a solução de certos impasses, pelo menos, tenham este objetivo e induzam a este tipo de discussão.

[123] VÁSQUEZ DE PRADA, Valentin. *História Económica Mundial*. Porto: Civilização, 1973. p. 111.

ROTAS DA JUSTIFICAÇÃO

Culpados ou inocentes?

O tema da presença britânica na América Latina, e mais especificamente na bacia do rio da Prata, no século XIX, tornou-se um grande tribunal científico-acadêmico, em que se discute a culpabilidade dos ingleses. Seu crime: miséria, analfabetismo, péssimos índices de qualidade de vida, enfim, subdesenvolvimento.

Na verdade, a discussão é anterior ao surgimento de uma vida científica e acadêmica como conhecemos hoje. Nasceu da ocasional xenofobia latino-americana a estrangeiros (não contra seus modos e modelos). *Graham-Yooll* captou bem essa faceta do imaginário popular por meio da pecha de *piratas,* atribuída aos cidadãos ingleses:

> *de há muito tempo a opinião dos povos das repúblicas sul-americanas tem sido que os ingleses constituem uma nação de piratas. A palavra é muito adequada para empregá-la como epíteto ou em manchetes de periódicos. Foi aplicada de modo*

> *informal desde logo, porque não se fez distinção entre os piratas de costumes selvagens e criminosos do continente e os corsários, bucaneiros, ou corsos: todos saqueadores de populações pacíficas no interesse do enriquecimento pessoal ou dos objetivos políticos de um governo remoto.*[124]

H. S. Ferns também denotou a presença de posturas marcadamente anglófobas, que tendem a responsabilizar os ingleses por problemas latino-americanos:

> *Especulações no tema da empresa britânica na Argentina nos carregam para o coração do relacionamento anglo-argentino, tanto da forma como existiu historicamente como da forma como existe hoje. O termo imperialismo é largamente usado na Argentina e onde mais se discuta a conexão entre os dois países. A Argentina nunca pertenceu ao Império Britânico, é óbvio; mas a Argentina é, ou era, parte do império informal britânico. A Argentina está dentro da esfera britânica de influência. A Grã-Bretanha exerce grande influência na Argentina. A Grã-Bretanha explora a Argentina. Ora, o argumento corre, e o argumento é amplamente aceito, e atitudes comocionadas derivam disto.*[125]

Nesse sentido, diversos autores apressaram-se em produzir trabalhos que justificassem, no todo ou ao menos em parte, a presença britânica na região, questionando acusações de exploração, ausência de escrúpulos, diplomacia enganosa e outras. Passaram

[124] GRAHAM-YOOLL, Andrew. *Pequeñas guerras británicas en America Latina*. Buenos Aires: Legasa, 1985. p. 11.

[125] FERNS, H. S. Britain and Argentina: Laissez-Faire Imperialism?. In: *Foreign Investimen in Latin America* - Cases and Attitudes. New York: Alfred Knopf, 1967. p. 123.

esses a defender a intervenção inglesa no Prata e na América do Sul com base em seus aspectos positivos, tais como a modernização estrutural, a civilização, a proteção, etc. Este constuitui o grupo dos justificadores, do qual justamente faz parte *Ferns*, que clama contra a imputabilidade de culpa aos ingleses: *o veredito para a Grã-Bretanha é, inquestionavelmente: inocente.*[126]

Em outra passagem, o mesmo autor trata de apresentar justificativas para tão contundente afirmação, quando analisa a existência de um suposto *imperialismo laissez-faire* da Inglaterra em relação à Argentina:

> *O governo argentino sempre possuiu o poder para abandonar, encorajar, ou para ajustar as relações econômicas da Argentina com outras comunidades, incluindo a comunidade britânica. O governo britânico nunca teve o poder de obrigar a Argentina a pagar um débito, pagar um dividendo, ou de exportar e importar uma mercadoria qualquer.*[127]

O tema da independência das colônias ibéricas na América, igualmente, costuma trazer à tona o debate sobre os efeitos benéficos ou maléficos das presenças britânicas. A questão que se põe entre os contendores diz respeito à existência ou não de motivos escusos para que a Grã-Bretanha fomentasse - se de fato o fez - as emancipações políticas no continente.

Existe uma obra de grande porte e de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos

[126] Id. ibid., p. 123. O termo, no original, é *not guilty*.

[127] Id. ibid., p. 124.

que envolveram a independência das nações platinas e da América Latina em geral. Trata-se do trabalho de recolhimento de fontes diplomáticas inglesas sobre o tema, desenvolvido por *Charles K. Webster*. Apesar de o esforço do autor ter-se concentrado na sistematização de fontes, por sinal de excelente qualidade, em algumas considerações introdutórias, *Webster* deixa entrever sua posição no debate em questão.

Já no prefácio à edição em espanhol, redigido por *G. E. Leguizamón*, aparece o seguinte:

> *Os documentos reunidos nesta obra evidenciam que a libertação da América Latina, começada em 1810, pôde ser levada a cabo mediante o auspício moral e o apoio material que lhe prestou a Grã-Bretanha, com nobre e austera conduta, apesar das condições desfavoráveis que predominavam na Europa.*[128]

O próprio *Webster*, apesar de realçar a ação dos povos latino-americanos mesmos, como agentes principais da luta pela conquista de suas independências, ressalta - de maneira *simpática* - a atuação da Inglaterra nesse processo: "Os efeitos globais do concurso diplomático e da ajuda voluntária foram indubitavelmente tais que sem eles se teria tardado mais tempo para alcançar a independência e teria resultado mais onerosa à América Latina."[129]

Em trecho anterior, referindo-se à ação individual de ingleses e irlandeses que compuseram as forças revolucionárias na América do Sul, o autor enaltece a valentia e o relativo altruísmo de seus compatriotas:

> *Na verdade a História não tem apreciado em todo seu valor a heróica conduta daqueles homens que, em um clima mortífero, alimentando-se de víveres que propagavam a disenteria, atacados por insetos e répteis lutaram com valentia por uma causa cuja grande importância só percebiam vagamente. Eram, por certo, mercenários: porém sem um espírito de aventura e uma vaga idéia de que lutavam pela liberdade, não teriam se alistado tantos, nem teriam sido tão eficazes.*[130]

Outro autor que trata dos interesses ingleses e da emancipação americana é *John Street*, com sua *Gran-Bretaña y la independencia del Rio de la Plata*. Nas partes conclusivas da obra, o autor defende posições que nos levam a colocá-lo entre os justificadores:

> *Entretanto, foi a simpatia e o interesse inteligente, próprio dos liberais britânicos e dos comerciantes, o que em grande medida fomentou e até apoiou os esforços do partido da emancipação. Pode objetar-se que a atividade britânica, que deste modo ajudava a causa da liberdade, não era desinteressada. A resposta é dada por um historiador e diplomata uruguaio contemporâneo: "Ver sombra no interesse honesto, que explica e alenta os atos individuais e coletivos, equivaleria a macular a generalidade das ações humanas, mesmo as mais be-*

[128] WEBSTER, Charles K. *Gran Bretaña y la independencia de la America Latina, 1812-1830:* Documentos Escojidos de los Archivos del Foreign Office. T. I. Buenos Aires: G. Kraft, 1944, p. X.
[129] Id. ibid., p. 114.
[130] Id. ibid., p. 112.

las; e quanto às nações, nada mais enaltecedor que o espetáculo de sua rivalidade e seu ardente esforço para impor, pela inteligência e pronta energia, praça para sua produção industrial, o que traduz em florescimento e bem-estar: graça e cultura". Filosofia agressiva, talvez, mas que ilustra perfeitamente o espírito do comércio britânico nessa época, possuindo o mérito de ser sincera.[131]

O que se pode observar nos rápidos exemplos referidos é uma forte inclinação para a defesa da presença britânica, tanto no Prata como na América do Sul, como necessária e benéfica. Sob o ponto de vista desses autores, uns mais, outros menos cautelosos, os ingleses trouxeram desenvolvimento, investimentos, força de trabalho, renovação cultural, padrões morais e éticos diferentes, civilização, enfim.

Outros autores, entretanto, jamais concordariam com tais posturas, formulando um raciocínio diametralmente inverso. Na verdade, os historiadores, de uma forma geral, têm olhado para o passado do Prata e buscado ali elementos que reforcem suas convicções pessoais e que dêem resposta ao seu próprio drama pessoal. Isso não é afirmado aqui pejorativamente; pelo contrário, parte-se da convicção de que esse tipo de visão é indissociável do estudo da História, desde que haja garantia quanto aos critérios de objetividade, para que o autor não se perca num relativismo presentista estéril.

[131] STREET, op. cit., p. 274.

TRILHAS DA CONSPIRAÇÃO

Em termos de maniqueísmo e de juízos pessoais de valores, poucos são comparáveis ao quarto grupo de pensadores selecionado. De fato, estes possuem o péssimo hábito de estabelecer os pré-conceitos de *bons* ou *maus* para seus objetos de estudo, embotando a criticidade e a seriedade científica de seus trabalhos.

Afirmar que determinada coisa é boa ou ruim não pode constituir algo objetivo no salutar jogo do debate científico. É um comportamento que se caracteriza sempre pelo ranço e pelo cheiro do dogma, e dogmas são elementos religiosos e míticos. Tudo justifica e explica o dogma ao mesmo tempo em que nada consegue fazê-lo a contento, pois elementos de um trabalho sério, como coerência relativa, honestidade empírica e outros, somente são demonstrados quando ele é exposto à crítica pública. Os dogmas, contudo, não se colocam à exposição aberta e honesta, à crítica alheia.

O grupo que selecionamos como *justificadores* das presenças britânicas na bacia do rio da Prata tende, muitas vezes, a cair nessa armadilha. Porém, ainda pior o faz o grupo diametralmente oposto: os *conspiratórios*. Tal como duas faces de uma mesma moeda, os historiadores que têm como prática comum buscar um motivo sórdido qualquer para os problemas vivenciados - uma conspiração qualquer - representam exatamente o avesso dos justificadores.

No caso aqui especificamente analisado, deve-se recordar que se está vivendo uma realidade dura no ambiente latino-americano: inúmeros problemas

relacionam-se com à péssima qualidade de vida da absoluta maioria da população dos países ao sul dos Estados Unidos e se somam a uma tradicional, arraigada e desastrosa política de distribuição de renda e, mais, à escassa perspectiva de melhoria a curto prazo, os quais são motivados por modelos de desenvolvimento marginais completamente equivocados.

Alguns pensadores das sociedades latino-americanas passaram, então, a buscar as causas de tal situação, inegavelmente problemática. Incapazes, contudo, de admitir a participação direta na construção dessa realidade daqueles que vieram a se tornar as próprias vítimas da mesma realidade, procuram uma conspiração maior e irresistivelmente bem tramada, que possa assumir a culpa pelo grande *crime* sul-americano.

Ora, quem estava presente lá, no início dos processos de emancipação política da América Latina, senão eles, os ingleses?

A conspiração, para esses, deu certo: os ingleses lograram a hegemonia no subcontinente por meio de uma série de armadilhas muito bem elaboradas, num processo que os habitantes dessas regiões não poderiam conter. Mas se era um movimento incontrolável, seja do *capitalismo internacional* ou do *modelo de desenvolvimento industrial britânico,* então se está subtraindo aos seres humanos (individual ou coletivamente) o seu papel primordial de agentes históricos, noção consagrada por pensadores de porte na área de História.[132]

[132] ARON, Raymond. *Etapas do pensamento sociológico.* São Paulo: Martins Fontes, 1982.

Júlio J. Chiavenatto, em um verdadeiro modelo de conspiração, em sua obra *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, afirma que o imperialismo inglês foi responsável pela dependência econômica sul-americana:

> *Dentro desse aspecto, naturalmente não interessava ao imperialismo inglês a emancipação da economia nacional de país algum. Era preciso, para sustentar a grande potência industrial, um mercado consumidor de suas exportações. Seria necessário manter os países da América do Sul como simples fornecedores de matéria-prima e consumidores de produtos industrializados.*[133]

E, mais adiante: "Por isso, a partir da completa dominação do capital inglês, imperialista e envolvente politicamente, sedimenta-se uma mentalidade que aceita a intervenção estrangeira no destino econômico da América do Sul." [134]

Eis aí a dupla conspiração: a do agente histórico abstrato denominado *imperialismo* e a da própria História, traduzida na idéia de um *destino* econômico.

André Gunder Frank também opera com a idéia de culpabilidade dos britânicos apesar de sua visão de *conspiração* ser consideravelmente mais moderada:

> *Todos estes esforços latino-americanos de desenvolvimento nacional no segundo terço do século XIX foram então substituídos pelas políticas de subde-*

[133] CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano:* a Guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 28.
[134] Id. ibid., p. 29.

senvolvimento dos interesses exportadores e da Grã-Bretanha, a principal dentre elas sendo a política do livre-comércio.[135] *E segue:Além do mais, os mercadores anteriormente espanhóis e até mesmo muitos latino-americanos foram substituídos por transportes marítimos, finanças, comércio atacadista, e em muitos casos até mesmo varejista, controlados por ingleses (...) os quais então converteram a maior parte da América Latina em neocolônias comerciais da Inglaterra e, em parte, aplainaram o caminho para o surgimento de um modo de produção totalmente neocolonial na América Latina.* [136]

Mais ponderada foi a posição assumida por *Nélson Werneck Sodré* ao analisar o peso da influência britânica nos processos de independência do Brasil e do Prata. Ele atribui à idéia do livre-comércio o papel decisivo na construção da hegemonia inglesa na região. Em capítulo intitulado "Domínio inglês no Prata", descreve:

> *Essa presença absorvente da Inglaterra no mercado platino e em seu centro máximo, o porto do estuário, iniciada no século XVII e em pleno desenvolvimento no século XVIII, iria marcar o pensamento econômico e político predominante na época da independência, ligando a separação e o repúdio à dependência para com a Espanha à idéia de liberdade ampla de comércio.*[137]

Entre os *conspiratórios,* existem representantes ainda mais agressivos, os quais, sequer, conseguem disfarçar um profundo rancor em relação à

[135] FRANK, André Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento.* São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 114.
[136] Id. ibid., p. 115.
[137] SODRÉ, op. cit., p. 63.

preeminência inglesa no Prata. De Buenos Aires, sem dúvida a região mais marcada pelas presenças britânicas em toda a América do Sul, vêm vozes veementes de acusação contra o malefícios trazidos por tais presenças. Vozes como a de *Raúl Scalabrini Ortiz*, que afirma em sua *Politica británica en el Rio de la Plata*: "A diplomacia inglesa não reconhece amigos nem a coíbem os agradecimentos naturais. Quem nela se apoie para crescer pagará muito caro pelo apoio."[138]

Scalabrini Ortiz, no texto apresentado a seguir, mostra-se ainda mais rancoroso em relação à diplomacia da Inglaterra, demonstrando todo o seu desprezo pela mesma:

> *A diplomacia inglesa é o instrumento executivo, que em suas relações com o estrangeiro, tem a necessidade de expansão e a vontade de domínio do Império da Grã-Bretanha. Onde há um pequeno interesse presente ou futuro, a diplomacia inglesa estende suas redes invisíveis de conhecimento, de sondagem, de preparação ou de incautação. A ação da diplomacia inglesa está geralmente imantada se um sentido favorável ao lucro das companhias inglesas, mas não soldada a seus minúsculos problemas de codícia ou de sordidez ocasional. A diplomacia inglesa não descuida do pequeno e circunstancial, porém vela antes de tudo pela grandeza permanente do império em que todo britânico tem amparo. Mais influência e territórios conquistou a Inglaterra com sua diplomacia que com suas tropas e frotas. Nós mesmos, argentinos, somos um exemplo irrefutável e doloroso. Soubemos rechaçar*

[138] ORTIZ, Raúl Scalabrini. *Politica británica en el Río de la Plata.* Buenos Aires: Plus Ultra, 1981. p. 56.

seus regimentos, mas não soubemos resistir à penetração econômica e sua desagregação diplomática. As façanhas da diplomacia inglesa no mundo são inumeráveis. Seu relato constituiria a melhor lição que se pode proporcionar a um povo desapreensivo como o nosso.[139]

Redes invisíveis, sordidez, codícia: primor de *maniqueísmo conspiratório*! Pobres argentinos inocentes e incautos, malditos ingleses monstruosos e todo-poderosos. Será que mesmo um Matternich ou um Richelieu, em seus mais loucos sonhos e em seus mais intrincados jogos de poder, poderiam ter imaginado tramas tão bem elaboradas como as que são atribuídas aos ingleses no Prata do século XIX?

Nem todos os autores, entretanto, se encontram amarrados por laços de paixões, sejam justificatórias ou conspiratórias. Estes conseguem ver com relativo desapego - o que não significa imparcialidade - o tema.

ESPAÇOS ABERTOS

Alguns pensadores buscaram fugir das simplificações justificatórias e dos esquemas conspiratórios. Eles escreveram obras que, pelo simples fato de objetivarem construir vias de interpretação que fujam das gastas querelas tradicionais, já fizeram o suficiente para merecerem respeito e o devido destaque.

Não se trata de discutir a exploração ou a dependência, que são fatores inquestionáveis, tampouco de defender os eventuais benefícios advindos das presenças britânicas na América aos sul-americanos. Trata-se, sim, de estabelecer uma aproximação (sempre tão difícil) da realidade histórica a ser reconstruída, a fim de se reconhecerem as verdadeiras bases sobre as quais se ergueu o edifício da supremacia inglesa no Prata.

Muito mais que a mera defesa de posições ideológicas antagônicas, o estudo sobre o início da construção da hegemonia britânica no Prata pode lançar valiosas luzes sobre uma fase crítica das histórias nacionais latino-americanas por meio daquilo que elas têm de mais comum: as presenças inglesas.

Dessa forma, no meio de tantas certezas, é sempre louvável a atitude daqueles que fazem a crítica construtiva; dos que, antes de pré-conceber as respostas, multiplicam as perguntas que quebram a espinha dorsal das *grandes verdades* por paixão à fugaz, efêmera e, às vezes, relativa verdade científica. Esses fazem do exercício racional de pensar a História verdadeiros espaços abertos e não trilhas de peregrinação exclusivas dos membros dessa ou daquela confraria.

A historiadora *Maria Lígia Prado* é destacada aqui como exemplo dessa lucidez intelectual:

Muitas das análises correntes sobre o imperialismo tendem a mostrá-lo como força tão poderosa que a tudo domina e subordina. O centro hegemônico e determinante de todos os acontecimentos está fora da América Latina e esta, humilde e passiva, não tem outra alternativa que a de ceder e obedecer (...) Se alguém defende a idéia de que existem forças externas que tudo determinam,

[139] Id. ibid., p. 55.

não há como fugir de seus efeitos.[140]

Na seqüência, a autora discorre mais especificamente sobre o imperialismo inglês na América Latina, descartando tanto as simplificações que diminuam ou atenuem a profunda marca deixada pela supremacia britânica, como a existência de superagentes históricos irresistíveis:

> *Ao analisar as relações entre as forças econômico-políticas externas e as internas, não se pode reduzi-las a uma simplificação mecânica ou a uma visão unilateral dos fenômenos. Durante o século XIX, grosso modo, os interesses econômicos ingleses foram os predominantes em termos da América Latina; mas esse predomínio não foi igual em todos os países, nem se fez sem oposições internas e sem divergências de interesses. O sucesso inglês esteve sempre relacionado a uma série de interesses de setores internos de cada país.*[141]

O pensador francês *Alain Rouquié*, da mesma forma, analisando as preponderâncias, primeiramente inglesa e, após, norte-americana na América Latina, à qual ele poeticamente denomina de *Extremo Ocidente*, não descartou o fato de ter havido efetivamente uma dominação britânica no subcontinente; simultaneamente, porém, refuta a idéia de conspiração ao afirmar que não existiram grandes pressões que pudessem selar os destinos das nações latino-americanas:

> *Até 1920, a Grã-Bretanha é a potência dominante no continente. Primeira potência capitalista, ela é o primeiro cliente, o primeiro fornecedor e o mais importante financista dos países latinos da América durante todo o século XIX e muitas vezes até a grande repressão. Seus interesses econômicos na América Latina são enormes. Os capitais britânicos contribuíram de maneira decisiva para a construção das infra-estruturas necessárias ao crescimento extravertido das economias latino-americanas: as ferrovias, as instalações portuárias atraíram prioritariamente os financistas da City. É verdade que o governo de Sua Majestade teve participação ativa na independência das colônias espanholas, garantia do livre-acesso dos produtos britânicos a mercados até então reservados à metrópole. Mas, desde então, a Grã-Bretanha manifestou apenas um fraco interesse diplomático-político em relação aos Estados da região. Londres interessa-se apenas superficialmente pela vida dessas nações e não impõe nem orientação, nem governo, contanto que seus interesses, e essencialmente os princípios do livre-comércio, sejam salva-guardados.*[142]

Caso *Maria Lígia Prado* e *Alain Rouquié* - como tantos outros - estejam corretos, não se pode pensar, então, em justificação ou conspiração. Tanto os graves enganos, como os grandes acertos na caminhada dos povos platinos em sua relação com os britânicos decorreram, exclusivamente, por conta e risco dos envolvidos. É uma atribuição de responsabilidades justa se for levado em consideração o papel funda-

[140] PRADO, Maria Lígia. *Formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1987. p. 51.
[141] Id. ibid., p. 51.
[142] ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente* - Introdução à América Latina. São Paulo: Edusp, 1991, p. 316.

mental desempenhado por aqueles aventureiros, piratas, camponeses, comerciantes, militares, políticos, donas de casa, diplomatas, intelectuais, artistas, na longa caminhada através do tempo e do espaço. Jornada inconstante que tornou realidade, para o bem ou para o mal (ou para além de ambos),os caminhos da hegemonia britânica.

Para fechar esta parte, fica a frase de *Andrew Graham-Yooll*: "que irônicas e redundantes tendem a ser a história e sua linguagem."[143]

[143] GRAHAM-YOOLL, op. cit., p. 14.

4

TENDÊNCIAS NA PULVERIZAÇÃO

nenhuma das soluções disponíveis
é plenamente compatível
com as interrogações que (...)
são feitas ao conhecimento
científico em geral e histórico em particular
Arno Wehling

Tendência e *pulverização*, duas palavras que, aparentemente, não possuem qualquer nexo entre si. Uma *tendência* está sempre imbricada com a idéia de direção, determinância não absoluta, movimento geral, ao passo que *pulverização* implica desagregação, confusão, ausência de relações.

Foi justamente isso que se objetivou mostrar desde o princípio: um palco geral, com representações pontuais e aparentemente desconexas, mas com alguma coisa subjacente comum. Aqui a idéia de um pano de fundo não é tida como justificação ou conspiração, mas como probabilidade histórica.

A hipótese central, contudo, apesar de válida, também esconde uma vontade secundária, ou seja, a de tentar medrar uma narrativa histórica que caminha na estreita corda-bamba entre a relativização anárquica e a globalização totalitária. Talvez isso explique, em parte, a exposição de dois grupos historiográficos determinados com base em um ponto de vista genérico ou reducionista dos autores.

Na verdade, ao mesmo tempo em que se defende a hipótese, ensaia-se, timidamente, o molde de uma proposta de *canal eficiente de comunicação* entre as diversas correntes historiográficas entre si. Longe de procurar uma síntese teórica ou alguma

proposta eclética - que cairia sempre em algo autoritário -, busca-se um canal de trânsito de discussões e informações que não fira a pluralidade de métodos e teorias, atuais ou futuros.

Mais ainda, não se está construindo, simplesmente, uma proposta fechada e pronta para esse canal ou sistema interpretativo; sobretudo, deseja-se reacender a discussão sobre a própria possibilidade de existência de semelhante canal ou sistema. Tal como é exposta na presente pesquisa, constitui apenas uma proposta-exemplo para o tema-objeto, ou seja, os primeiros passos da construção da hegemonia britânica na bacia do rio da Prata. Proposta que, por mais plausível que possa parecer, é muito carente de aperfeiçoamento, experimentações e críticas.

A tarefa deste capítulo é, portanto, bastante delicada, pois objetiva fundir a defesa da hipótese levantada com a proposta gerada, constituindo, assim, uma síntese temática.

ROTAS DO CIRCO: PULVERIZAÇÃO

Teria sido a dominação hegemônica exercida pela Inglaterra no estuário do rio da Prata do século XIX preconcebida em algum longínquo gabinete? Ou, mesmo, teria existido um plano ou aspiração nacional de tal porte que tivesse impulsionado os cidadãos ingleses a partirem em busca dessa hegemonia de forma harmônica e organizada, como um balé histórico de coreografia bem definida? A resposta encontrada, após a revisão bibliográfica que fez nascer

esse trabalho, é inequívoca: não.

Planos existiram, especialmente no correr do século XVIII, e em grande quantidade conforme já foi visto; interesses econômicos consideráveis também, tanto no contrabando à época do regime de *exclusivo colonial* como no comércio lícito após as independências na América do Sul. A convergência de ações ou simultaneidade de interesses, porém, jamais ocorreu.

O aflorar dos fatos, ainda que por meio do filtro representado pela Historiografia analisada, apresenta presenças de ingleses extremamente pontuais e desconexas entre si, os quais, pelos mais variados motivos, se aventuraram no Prata. Em poucas palavras: presenças pulverizadas.

Em fidelidade à metáfora original vinda à mente quando do vislumbrar geral do processo, cabe afirmar que foram tão pontuais e sem relação entre si tais presenças como os diferentes espetáculos que compõem um circo, cujos únicos elementos comuns são o tempo de espetáculo e a lona que a todos cobre indistintamente. Que pode haver de comum entre os ofícios do prestidigitador e da bailarina além do fato de ambos cumprirem seus papéis no mesmo circo? Pouco ou nada.

Os circos, de uma forma geral, estabelecem seu caminho de maneira não-planejada. Somente quando se aproximam do final da temporada em uma localidade, preocupam-se os circenses com o rumo que tomarão a seguir, com outras paragens em que irão se apresentar.

A metáfora é fiel quando refutamos a tese - conspiratória ou justificatória - de que teria havido

algum projeto anterior ou alguma determinação irresistível que levasse à preeminência britânica no Prata, especialmente pelos fatos narrados que, em tantas passagens, muito se assemelham à pulverização, inconseqüência e ironia inerentes ao trabalho no picadilho. Pelo menos em seus primeiros momentos, o processo de construção da hegemonia inglesa no subcontinente assemelhou-se exatamente a isto: um gigantesco e curioso circo!

Um circo, porém, é absolutamente nada sem a participação de seus componentes vivos, alguns dos quais merecem ser apresentados.

Malabaristas

Até este ponto, teve-se o contato *en passant* com alguns indivíduos que, na incansável perseguição a seus objetivos, sofreram sempre fortes pressões de outros interesses ou das próprias circunstâncias que os envolviam. Todos os demais, aliás, sofreram, igualmente, variadas pressões.

A peculiaridade desses cutistas, entretanto, reside nos verdadeiros malabarismos a que se viram obrigados enquanto atuavam buscando alcançar suas metas. Nesta categoria, incluiu-se, obrigatoriamente, Percy Clinton Sidney Smithe, par de Irlanda e sexto visconde de Strangford.

Lord Strangford nasceu em 1780, ingressando muito cedo na carreira diplomática: aos vinte e cinco anos, já havia sido designado secretário de Embaixada em Lisboa, no ápice das pressões que os portugueses sofriam por parte de Napoleão; em 1806,

justamente no ano do advento do bloqueio continental napoleônico e do bloqueio marítimo inglês, foi nomeado ministro-residente. A Strangford coube a árdua tarefa de manter Portugal na órbita das alianças britânicas, na época, única cabeça-de-ponte no continente europeu, aberta à atuação militar e comercial dos ingleses. Foi encarregado de negociar a transferência da Corte portuguesa para o Brasil quando a situação militar se agravou pela decisão de Napoleão de invadir Portugal. Neste episódio, coube a Strangford convencer o príncipe D. João da necessidade de cruzar o oceano para salvar a casa dinástica lusitana e sua colônia sul-americana.

Em 1808, Strangford acompanhou a família real que se tranferiu para a América do Sul, com a missão de resguardar os privilégios que os britânicos gozavam em Portugal. No mesmo ano, D. João abriu os portos brasileiros às nações amigas que, praticamente, se reduziam a duas em condições de mercadejar com o Brasil: Estados Unidos da América e Reino Unido da Grã-Bretanha.

No ano de 1810, Strangford conseguiu a conclusão de importantes acordos comerciais entre Portugal e Inglaterra, não sem a ferrenha oposição da Igreja Católica, por causa da cláusula de liberdade de culto aos cidadãos ingleses, de certos setores econômicos e, mesmo, da imprensa luso-brasileira exilada na própria *City,* por meio do *Correio Braziliense*, editado por Hipólito José da Costa.

Constantemente alarmado com as pretensões e intrigas de D. Carlota Joaquina, as quais chegaram a envolver seriamente o Ministério do Exterior e altos escalões da Marinha britânica, Lord

Strangford teve, algumas vezes, de se interpor na conflituosa relação da princesa com seu esposo D. João.

A partir de 1810, com a Revolução de Maio em Buenos Aires, o enviado inglês foi forçado a estabelecer claramente as políticas da Grã-Bretanha com relação ao Prata, sendo incumbido da estressante missão de manter um mínimo de tranqüilidade política na região. Com esta tarefa, viu-se envolvido num universo que abarcava as pretensões expansionistas dos Bragança, a confusão de autoridades portenhas, os caudilhos no interior das Províncias Unidas, D. Carlota e seus simpatizantes, os súditos britânicos que constantemente se metiam em confusões, a bomba-relógio representada pela questão da Banda Oriental e muito mais.

Apesar de todas as pressões e contratempos, Strangford conseguiu manter intactos seus objetivos principais até 1815, quando se retirou do cenário sul-americano. Exerceu, posteriormente, outros importantes papéis para a diplomacia de seu país: na Suécia, em Constantinopla, em São Petersburgo e no Congresso de Verona. Após sua saída da vida diplomática, em 1829, ainda se dedicou à literatura e à política como representante na Câmara dos Lordes, filiado aos *tories*. A habilidade dos malabaristas não lhe faltou no exercício de tantas tarefas.

Outro personagem interessante a ser destacado é Rodrigo Antonio de Sousa Coutinho Teceira de Andrade Barbosa, que entrou para a História simplesmente como Sousa Coutinho ou conde de Linhares e que é denominado por *Etchepareborda* exatamente de *malabarista*.[144]

Sousa Coutinho, por ocasião de seu nascimento, em 1745, foi batizado pelo marquês de Pombal. Versado em leis pela Universidade de Coimbra, dedicou-se à carreira diplomática. Encontrava-se exercendo funções em Turim quando foi designado pelo príncipe-regente, D. João, em 1795, para a pasta da Marinha e Ultramar. Cedo demonstrou sérias preocupações com as questões brasileiras, considerando os domínios portugueses na América do Sul vitais para a sobrevivência do próprio reino. Nesse sentido, aproximou-se dos brasileiros que estudavam em Coimbra, chegando a se tornar compadre e amigo de José Bonifácio. Também enviou Hipólito José da Costa aos Estados Unidos em missão que objetivava recolher exemplos e informações que fossem úteis ao Brasil. Em 1803, já aconselhava D. João a transferir a Corte para o Brasil, o que foi efetivado em 1808, ano em que foi agraciado com o título de "Primeiro Conde de Linhares".

Já na América do Sul, em 13 de março de 1808, encaminhou nota ao cabildo de Buenos Aires, reclamando à Corte portuguesa no Brasil o papel de protetora das colônias espanholas no continente enquanto permanecesse aprisionada a família real espanhola nas mãos de Napoleão. Esse ato de Sousa Coutinho definiria a futura linha de ação da diplomacia lusa para o continente, escancarando as ambições expansionistas dos Bragança sob seu próprio comando.

Franco defensor da facção pró-inglesa na Cor-

[144] ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Qué fué el carlotismo?* BuenosAires: Plus Ultra, 1971. p. 56.

te, Sousa Coutinho sofreu a oposição incansável do grupo pró-francês. Utilizava o nome de D. Carlota ou dos aliados ingleses, muitas vezes sem autorização destes, para fazer avançar sua ação diplomática - nem sempre clara. Sob o pretexto da presença perigosa de Artigas na Banda Oriental, pressionou D. João a invadir aquela região, o que, de fato, ocorreu. Somente a habilidade de Strangford conseguiu fazer D. João voltar atrás e retirar suas forças do Uruguai. O incansável conde de Linhares, entretanto, continuou fazendo intrigas até sua morte, em 1812, a fim de lograr a conquista - pacífica ou violenta - da Banda Oriental. Sua diplomacia fez escola e influenciou muito a política exterior da época.

Palhaços

Quando nos referimos a *palhaços*, não queremos reduzir o termo ao aspecto pejorativo de sua significação; ao contrário, pretendemos resgatar sua faceta chamativa e carismática. E esta não se resume ao caráter cômico já que todo bom palhaço possui a exacerbação do que há de mais cândido e trágico na alma humana, lição que o *Carlitos* de Chaplin ensinou com maestria. Se faz rir ou chorar, não importa. O verdadeiro papel do palhaço consiste em *chamar a atenção*, conseguindo tirar a todos da passividade.

Ora, quem melhor para ser eleita como o grande palhaço do circo platino do início do século XIX que a curiosa figura de D. Carlota? E, se dependesse da descrição de um de seus contemporâneos, ela nem

necessitaria de maquiagem ou fantasia: "quase horrenda, ossuda, com uma espádua acentuadamente mais alta que a outra, com uns olhos miúdos, uma pele grossa que as marcas da bexiga ainda faziam mais áspera, um nariz avermelhado. E pequena, quase anã, claudicante."[145]

Carlota Joaquina de Bourbon, infanta de Espanha, rainha de Portugal, imperatriz honorária do Brasil, nasceu no Palácio de Aruanjez, nos arredores de Madri, em 22 de abril de 1775. Com dez anos, contraiu núpcias com D. João de Bragança, mas, por causa da sua pouca idade, o casamento se consumou apenas em 1790. Já em 1793, aconteceu o primeiro desacerto do casal, que se tornou público e marcou o início de uma série de desavenças entre os dois. Apesar disso, tiveram nove filhos, o que era considerado, na época, um número excessivo para um casal desavindo, Além disso, como os príncipes e princesas eram pouco semelhantes entre si, a maledicência lhes atribuía paternidades diferentes.

Mulher extremamente ambiciosa, porém de escassa habilidade político-diplomática, D. Carlota provocou diversos estremecimentos na política e nas relações internacionais entre luso-brasileiros, platinos e ingleses.

Com a transferência da Corte lusitana para o Brasil, atribuiu-se a tarefa de manter sob o domínio de um Bourbon a América espanhola após a prisões de sua mãe, de seu pai (Carlos IV) e de seu irmão (Fernando VII) em Baione. Para atingir tal objetivo,

[145] SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Apud Mirador Internacional*. v. 12. São Paulo: Britannica, 1977. p. 6499.

mandava cartas, subornava funcionários públicos, estabelecia contatos a partir do Rio de Janeiro, mantinha relações escusas com altos escalões militares estrangeiros e fazia incessantes intrigas na Corte portuguesa.

Embora não se apercebesse, na verdade, D. Carlota era usada pelas diversas forças em jogo em favor de múltiplos interesses. Muitos carlotistas platinos a viam mais como um forte argumento contra seus adversários do que como uma possibilidade efetiva; outros viam nela a solução para a anarquia revolucionária que tomava conta da região. A diplomacia portuguesa, sob as rédeas de Sousa Coutinho, encontrou em D. Carlota um pretexto para a expansão lusitana rumo ao Prata, pretexto, aliás, completamente descartável conforme se demonstrou depois. Já os ingleses a viam como uma dolorosa pedra no sapato de sua atuação diplomática em relação à América do Sul.

O ápice das relações tragicômicas da infanta de Espanha ocorreu quando ela se aproximou de Sir Sidney Smith, comandante da esquadra britânica no Atlântico Sul. Ela conseguiu convencer o inglês a apoiar, militarmente, se necessário, seu intento de assumir o controle político de Buenos Aires e Montevidéu.

A reação contrária de Sousa Coutinho e de D. João ao plano foi imediata, reforçando-se pela desaprovação de Lord Strangford. Ao mesmo tempo, de Buenos Aires, soaram protestos contra uma eventual investida carlotista. A situação ficou ainda mais grave com o aparecimento de um agente secreto inglês, Jayme Burke, que se dizia portador de um documento do Ministério da Guerra da Grã-Bretanha, de natureza tão particular que apenas Sidney Smith poderia ter acesso a ele.

De posse do misterioso documento, o rompante Smith anunciou que lançaria sua esquadra ao oceano, rumo ao Prata, e que levaria D. Carlota consigo. A princesa havia se desfeito de parte de suas jóias caras para financiar as atividades de seus simpatizantes platinos, tendo recomendado a Burke, que também se dirigia ao Prata, alguns contatos essenciais.

Enfurecido, D. João proibiu a saída de sua esposa do Rio de Janeiro. Ela, porém, procurou de todas as formas, evadir-se. Strangford, por seu turno, estava de mãos amarradas por causa do referido documento secreto, aguardando ordens expressas do *Foreign Office*. Na Inglaterra, o incidente deteriorou as relações entre o Gabinete da Guerra e o das Relações Exteriores devido à conduta de Sidney Smith e ao surgimento do documento.

A viagem da princesa para o Prata era iminente, e a situação geral ficava cada vez mais tensa. Era uma verdadeira corrida contra o tempo.

Resolvida a questão interna na Grã-Bretanha, Strangford foi rapidamente encarregado de desautorizar as ações do comandante da esquadra: não haveria apoio inglês, de qualquer espécie, às pretensões da princesa, sendo Sir Sidney Smith imediatamente chamado a Londres e substituído no comando da frota do Atlântico Sul.

A um só tempo, D. Carlota conseguira se indispor com o marido e com Sousa Coutinho, seduzir um alto militar inglês, abrir uma séria ferida no seio da

política exterior britânica, atrair a desconfiança platina com relação ao Brasil e diminuir sua fortuna em jóias. Enfim, envolvera Deus e o diabo, confundindo gregos e troianos, sem ter conseguido conquistar, sequer por um instante, seus objetivos.

D. Carlota, no entanto, não desistiu de aprontar das suas. Quando do regresso da família real à Portugal, negou-se a jurar a Constituição, perdendo, portanto, a cidadania portuguesa e ficando confinada na quinta do Ramalhão. No final de sua vida, ainda jogaria um de seus filhos, D. Miguel, contra o outro na luta pela Coroa lusitana, o qual foi derrotado por D. Pedro (ex-imperador do Brasil).[146]

Domadores

Alguns indivíduos exercem papéis determinantes em determinados eventos históricos que, muitas vezes, não envolvem apenas certo grupo, mas nações inteiras. Eles assim o fazem pelo que representam em uma coletividade, pelas atribuições sociais de que estão carregados ou, mesmo, por sua exclusiva ação pessoal. Seja como for, são esses que conseguem estabelecer linhas gerais de atuação, as quais acabam por envolver grandes coletividades.

Isso não ocorre somente com indivíduos, mas também com agentes sociais variados. Aqui cabe levantar o exemplo do Ministério das Relações Exteriores da Grã-Bretanha: o *Foreign Office.*

[146] Os dados constantes dos itens malabaristas e palhaços foram extraídos, basicamente, de *Manchester, Stree e Etchepareborda*, todos em obras já citadas.

Os ingleses haviam derrubado os últimos suspiros do absolutismo monárquico naquele país durante a Revolução de 1688, dita *a Gloriosa*. No mesmo ano, fora redigida uma petição de direitos que acabou por se tornar um arremedo de Constituição, como o fora a Carta Magna quase quatro séculos antes. Nação que adotara o Direito Consuetudinário, a Inglaterra viu sua legislação se transformar lentamente, tão devagar como se alteram os padrões sociais em termos de hábitos e costumes. Foi somente na segunda metade do século XIX que os britânicos adotaram um sistema político semelhante aos moldes do que vigora hoje.

No início do século XIX, contudo, os ingleses já possuíam um esquema de participação política dos mais avançados da época. Haviam consagrado a liberdade de expressão e de imprensa, bem como a eleição, ainda que censitária, para a Câmara dos Comuns. Apesar de não terem adotado completamente o sistema de gabinete ou parlamentarismo clássico, o foro político máximo da nação eram as duas Casas do Parlamento e não o monarca.

A pasta dos Negócios Exteriores da Inglaterra era como um tímpano, extremamente sensível ao clamor da opinião pública e aos ruídos das disputas internas no país. As diretrizes gerais da política exterior britânica eram concebidas após uma vigorosa luta interna entre interesses e posições diversas. Não raras vezes, grupos de mercadores, financistas, políticos, imprensa e demais agentes sociais se batiam em busca da conquista daquilo que poderia representar uma posição privilegiada para que pudessem comandar ou, pelo menos, pressionar a política go-

vernamental: a opinião pública.

O fato de ter a ampla simpatia da opinião pública, do crescente movimento liberal e a maioria no Parlamento, por exemplo, foi o que possibilitou ao ministro do Exterior, George Canning, levar a Inglaterra a reconhecer as novas nações latino-americanas apesar da oposição que lhe fazia o rei e sua corte, bem como outros setores conservadores.

Sem dúvida, o esquema de funcionamento do *Foreign Office* era atípico para sua época, talvez com a exceção da política exterior norte-americana, pela natureza *democrática* das instituições políticas desse país. Alternando momentos de indecisão e lapsos momentâneos de paralisia, o Gabinete do Exterior da Grã-Bretanha, primeiramente sob o comando do *tory* Castelreagh e, depois, sob Canning, logrou domar verdadeiras *feras* do *circo platino* nas três primeiras décadas do século XIX.

Outros agentes também tiveram sob sua responsabilidade o destino de multidões. Mesmo indivíduos como José Gervásio Artigas ou Napoleão Bonaparte se apresentaram como verdadeiros *domadores* naquele contexto, alterando, de forma irreversível, muitos dos possíveis caminhos históricos.[147]

[147] Os dados referentes ao item *domadores*, foram retirados de *Manchester e Webster*, também já citados.

Cobradores

O espetáculo da construção da preeminência inglesa no Prata não foi livre e gratuito: alguém ou alguns, certamente, lucraram com isso. E não se está falando de *lucrar* dentro da ótica do desenvolvimento e do progresso, ou do capitalismo internacional, ou ainda, de projeções pessoais e morais. Fala-se, de fato, do velho e reles lucro pecuniário direto.

Lucraram os piratas e os corsários, como Wilking que, pelo uso da violência, tomavam as riquezas alheias mesmo quando o fruto da pilhagem recebia a nobre denominação de *espólio de guerra*, como no caso do tesouro portenho tomado por Beresford e Home Popham em 1806.

Também lucraram os contrabandistas das mais diversas nações e os funcionários públicos por eles subornados e corrompidos. Chegaram aqueles, muitas vezes, a recuperar o custo total dos seus *investimentos* pela via escusa do comércio ilícito.

A riqueza também sorriu, ainda que muitas vezes de forma efêmera, para os envolvidos nas tramóias financeiras que acabaram resultando em escândalos, como o *crack* da South Sea Company. Da mesma forma, os investidores e financistas da *City* londrina auferiram bons lucros apesar dos sérios riscos e dos costumeiros calotes a que se expunham, inclusive, a falências.

Os principais e legítimos cobradores, entretanto, foram os comerciantes e mercadores de Londres, Manchester, Liverpool, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires e Montevidéu. Estes conseguiram, muitas vezes, até imprimir o ritmo do espetáculo,

geralmente sendo participantes diretos e *in loco* das inúmeras apresentações.

Sem dúvida, existiram outros cobradores não lembrados neste estudo. A todos coube a tarefa de fazer circular bens e mercadorias. Isso implicava, freqüentemente, fazer transitar idéias, sentimentos, conhecimentos, aproximando os seres humanos, papel costumeiramente exercido pelo comércio ao longo da história da humanidade.

A OPÇÃO DO CIRCO: TENDÊNCIAS

A forma como se apresentaram as presenças britânicas no Prata, no início da formação de sua preeminência, foram pontuais e pulverizadas. Tal afirmação, no entanto, mais suscita questões do que estabelece certezas. No correr da pena, a idéia mais enfatizada foi, sem sombra de dúvida, a do *caminho*, trazida como parábola do processo histórico.

Muito além de uma mera hipótese a ser defendida ou renegada, toda a elaboração do trabalho fez suscitar problemas que, via de regra, interferem no labor dos historiadores e dos demais pensadores do homem e da sociedade.

Uma grande questão já levantada trata do ângulo básico de visão de um historiador. Talvez pudesse ter sido iluminada por outras perspectivas filosóficas, tais como o idealismo e o materialismo, ou outras mais; contudo, a opção recaiu sobre os rótulos de *individualização versus generalização*. Esta escolha não se deu à toa ou por sorteio, mas, sim, por trazer implícita uma proposta subjacente em toda a pesquisa.

Tal proposta consistiu em estabelecer um mecanismo ou um critério que permitisse o diálogo entre os diferentes ângulos de observação básicos, tantas vezes divergentes e incomunicáveis entre si; e, quiçá, permitisse o diálogo entre diferentes paradigmas e teorias, de uma forma geral excludentes umas às outras.

A proposição - antes um desafio - é dirigida àqueles que costumam assumir posições mais críticas e flexíveis quando da observação e análise dos fenômenos sociais e humanos, pois os que afirmam que existe uma mecânica imutável no processo histórico, adotando de maneira inflexível uma teoria, já são *proprietários* da verdade e não precisam dialogar com mais ninguém. Do mesmo modo, os relativistas radicais, que postulam a noção de que é impossível estabelecer qualquer método ou modelo de interpretação social e histórica, por mais maleável que ele venha a ser, já *possuem* a verdade e, paradoxalmente, um modelo rígido.

Tanto num caso como no outro, é absolutamente inútil, nesse sentido, o esforço feito por antropólogos, sociólogos, politicólogos, historiadores ou psicólogos para retirarem os infinitos véus que encobrem de nossos olhos a essência do que é humano, seja mirando o passado ou o presente, o indivíduo ou o coletivo. É a conclusão a que se chega à primeira vista, pois, para o teórico inflexível, o caminhar dos fatos depende exclusivamente de algumas *leis* quaisquer. Um livro poderia apenas desvendar os mistérios do universo; o restante seria somente redundância ou demonstração. O relativista diria que tudo é meramente discurso vazio e estético, pois tudo vale

e nada vale ao mesmo tempo; tudo é relativo.

Retornando à matriz da discussão, tomemos um exemplo que possibilite o estudo da proposição levantada. Ora, se é algo que se oferece para mediar a discussão entre paradigmas e teorias diferentes, não pode constituir, por si só, um viés básico ou uma teoria, devendo sempre fugir disso. Deve ser flexível o suficiente para poder adaptar-se à multidão de métodos e marcos teóricos existentes no conhecimento histórico, tendo, porém, uma espinha dorsal mínima que não possa ser quebrada. Deve ser simples para que possa ser incluído nos requisitos anteriores, mas não simplista a ponto de cair na ingenuidade. Enfim, como tudo aquilo que pretende evitar, a teoria deve estar situada na estreita senda entre a rigidez e a relativização, algo, talvez, como uma linguagem em seu sentido semiológico mais amplo.

Tendo sido revista a Historiografia disponível em seus aspectos empíricos, teóricos e discursivos e dada a pulverização característica das ações britânicas na bacia do rio da Prata, centradamente no estuário, no começo do século XIX, pergunta-se afinal: Teria existido um projeto prévio, racionalmente concebido, o qual, transformado em aspiração nacional inglesa, levou a um processo retilínio, constante e homogêneo de constituição das presenças britânicas como preeminentes no contexto dessa região? Esta pergunta já foi respondida anteriormente: *não*.

Por outro lado, a resposta negativa à tal pergunta, obrigatoriamente, leva à negação da exploração econômica, das vantagens comerciais, da pressão política ou da própria hegemonia inglesa no caso? Novamente há que se dizer: *não*.

Finalmente, a atividade pontual e pulverizada que salta aos olhos de quem encara o estudo do tema, pela sua configuração individualizada, desconexa e nada homogênea, automaticamente descarta a capacidade de se analisar o assunto como um processo mais geral, com base em uma proposta metodológica que consiga estabelecer um elo comum de ligação - até então obtuso - entre os acontecimentos e fenômenos? Mais uma vez: *não*.

Deu-se ênfase, até o momento, à inegável ausência de homogeneidade de atitudes e posturas durante a construção da supremacia inglesa. Entretanto, apenas a sorte ou o acaso não explicam a fantástica rede de interesses e de necessidades que uniram, sob vários aspectos, o Prata à Grã-Bretanha. Houve uma conjugação de fatores geográficos, políticos e econômicos que levaram os britânicos a se constituírem na potência estrangeira preponderante na Argentina e no Uruguai, bem como no Brasil.

Inicialmente, o fator geográfico. À época da conquista, o Novo Mundo significava mistério, desconhecimento e fascínio. No que se referia à América do Sul, sonhos de riquezas incontáveis povoavam o pensamento com relação ao coração do continente. E o sonho se tornou realidade na prata de Potosi e no ouro do Mato Grosso e das Minas Gerais, todos da mesma bacia hidrográfica. O que, antes, então, era apenas uma rede de rios transformou-se no caminho das águas.

As bordas limítrofes das ricas regiões mineradoras (Pampa, Chaco e região Vicentina) começaram a desempenhar o papel de fornecedores de artigos de primeira necessidade, como alimentos e

toscos produtos manufaturados. Por sua posição geográfica, logo desenvolveram a atividade econômica do contrabando em meio a fronteiras nada precisas, fazendo caminhos fluidos. Já era clara então a vocação mercantil do estuário do Prata uma vez que a privilegiada localização implicava a sujeição comercial de todo o interior.

A insularidade sempre foi a sina e, algumas vezes, a vantagem dos ingleses, pois o fato de habitarem uma ilha despertou neles precocemente a vocação à navegação. Sucessivas vezes dominados por vikings dinamarqueses ou normandos franceses, os ingleses fizeram das águas seu pavor e sua glória. Em épocas nas quais a navegação era o meio mais fácil e rápido de transporte, eles se fizeram mestres na arte de mercadejar. Bem mais tarde, já senhores absolutos dos mares, grandes comerciantes e financistas, os ingleses fizeram a *sua* Revolução Industrial, pioneira em todo o mundo, a qual exigia a expansão dos horizontes econômicos do país.

Os comerciantes de Buenos Aires, por sua vez, viam crescer as populações e a economia das regiões vizinhas, o que implicava diretamente o incremento do consumo e da demanda mercantil. Contudo, permaneciam atados aos laços do monopólio espanhol que a todos sufocava com suas restrições. O contrabando, por conseqüência, crescia naquelas paragens.

A decadência da Espanha como potência mundial, durante todo o século XVIII, parecia chegar ao seu ápice na derrota e humilhação ante os revolucionários franceses no final do século. O ocaso do Império colonial espanhol se iniciava. Muitos ingleses, com diferentes motivações, passaram a olhar mais atentamente para a América Latina onde, como bem disse *Sarmiento*, o que mais lhes chamou atenção foi o Prata. Esses foram alguns caminhos históricos, em meio a rotas de colisão e encruzilhadas, que, por fim, resultaram na convergência: todos os caminhos levavam ao Prata.[148]

Ora, ainda que não se queira reduzir tudo a uma fórmula exata, existe aí uma equação tendencial possível: Prata e águas, Grã-Bretanha e mar; ingleses e comércio; portenhos e contrabando; Revolução Industrial na Inglaterra e demanda comercial platina. Mas existem mais fatores.

A Pampa cedo desenvolveu, como atividade econômica principal, a pecuária de gado bovino. A presença maciça de britânicos na região a partir do século XIX implicou exportação de couro para as fábricas de chapéus, de sapatos, etc. da Inglaterra; dos chifres se extraía uma matéria-prima essencial às confecções, para feitura de botões e de abotoaduras. Também era exportada e largamente utilizada na alimentação da marinhagem a carne de sol ou charque.

Outro fator considerável foi a preeminência inglesa em Portugal (herdada depois pelo Brasil). Os domínios lusitanos eram fronteiriços tanto com a Espanha, na Europa, como com o Prata, na América do Sul, sendo os ingleses parceiros indiretos no contrabando platino e diretos após o direito de asiento e o aparecimento da South Sea Company.

A geopolítica britânica consagrou para si o pos-

[148] SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo*. Buenos Aires: Sopena, 1938, p. 78.

tulado de que mais importava o controle de pequenas e bem protegidas posições estratégicas que o domínio de vastas áreas territoriais. Deve-se lembrar, nesse contexto, o fato tantas vezes referido de que o controle do estuário do Prata podia significar, na época e sob alguns aspectos, uma posição privilegiada sobre toda a bacia hidrográfica.[149]

Dessa forma, pode-se afirmar que houve uma tendência à constituição da hegemonia britânica no hoje denominado Cone Sul? Agora a resposta será: *sim*.

Eis aí uma solução, a um só tempo, de adequação de linguagem e de critério metodológico. Quando se usa o termo *tendência*, automaticamente se está permitindo o acesso ao conhecimento histórico por intermédio de marcos teóricos quaisquer. E mais: torna-se possível a racionalização dos fenômenos históricos, fugindo-se da relativização radical. O termo também é flexível o suficiente para salvaguardar peculiaridades, individualidades, enfim, aquilo que é único, inclassificável e irrepetível, que rompe as barras da prisão da rigidez teórica.

Na verdade, isso constitui o óbvio e não se trata de uma grande novidade; pelo contrário, a maioria dos pensadores das áreas humanas operam, de forma consciente ou não, com a solução *tendencial*. Muitas vezes, usa-se a própria palavra ou apenas a idéia de que existem movimentos mais gerais, passíveis de racionalização pelo conhecimento histórico. Da mesma forma, há que se respeitar as exceções e

[149] GRAHAM-YOOLL, Andrew. *Pequeñas guerras británicas en America Latina*. Buenos Aires: Legasa, 1985. p. 18.

singularidades sempre presentes.

Nem teoria, nem paradigma, algo semelhante a um critério metodológico - quase como o primeiro símbolo de um tão sonhado *modus ponens* para as ciências sociais e humanas. Simples, mas com complexidade potencial quando adaptada às teorias e aos paradigmas dominantes nos círculos científicos. Rica de novas possibilidades, apresenta-se aqui a idéia tendencial como resposta à proposta subjacente de um pano de fundo anteriormente referida.

Talvez a crítica, o debate e a discussão que deveriam acompanhar a elaboração de qualquer trabalho acadêmico venham, no caso presente, demonstrar a inadequação do exemplo trazido (*tendências*) ou, mesmo, a impossibilidade da própria proposta em si. Mas isso não impede, como de fato não aconteceu, que se cumpra a missão de trazer à tona semelhante discussão.

O que se pode afirmar, com segurança, é que a explicação tendencial foi plenamente satisfatória para a defesa da hipótese central do trabalho. Preservaram-se as singularidades, resgatando-se a possibilidade de racionalização do processo em órbitas maiores. Ainda, estabeleceu-se o trânsito harmônico entre o singular, o individual, e o estrutural, o plural.

CONCLUSÃO

Os dados levantados demonstram que o advento das presenças britânicas no Prata foi marcado por indecisões e por grandes flutuações na concepção de diretrizes para a política exterior inglesa. Houve conflitos de interesse no seio da ação exterior não-oficial das nações envolvidas, brasileira e platina. A ação inglesa foi hesitante em relação ao fomento de independências e posteriores reconhecimentos diplomáticos das jovens nações platinas.

A geopolítica da Grã-Bretanha, até a Era Vitoriana, não objetivava conquistas territoriais, tampouco intervenções e consolidações hegemônicas nos continentes adentro. O desencontro da ação dos órgãos oficiais da Inglaterra em relação ao carlotismo é típico das presenças desconexas, conflitantes e, por vezes, atrapalhadas desse país no Prata.

Por outro lado, deve-se considerar a impressionante vocação marítima e mercantil da Grã-Bretanha ao longo dos séculos, o estabelecimento da bacia do rio do Prata como caminho de águas no contexto sul-americano e seu estuário no papel de destino obrigatório desses caminhos. Também houve situações provocadas pelos imprecisos caminhos históricos, seja por políticas coloniais, interesses econômicos, advento de fenômenos que implicaram pro-

fundas alterações como, por exemplo, a Revolução Industrial, a independência dos EUA, a Revolução Francesa e as ações napoleônicas.

Ora, isso tudo veio a corroborar a hipótese apresentada, de que não houve um prévio e consciente clamor de *Vamos ao Prata* por parte dos agentes históricos britânicos que lograram estabelecer as primeiras presenças inglesas naquela região. Por outro lado, alimentou-se a idéia de um movimento circunstancialmente tendencial de que tais presenças tivessem fortes probabilidades de ocorrer.

No decorrer da crítica historiográfica, apresentaram-se a concepção e a natureza parcial e inevitável de dois ângulos de visão sobre o tema de interesse: a individualização e a generalização. Também foi demonstrada a impropriedade da aplicação de posturas justificatórias e conspiratórias como pedra fundamental para a explicação das presenças britânicas no Prata. Nasceu de tal análise a inspiração para se constituir a idéia - ainda muito deficiente - de que a utilização de determinados conceitos pode diminuir a distância comunicativa entre diferentes posturas e paradigmas. Isso foi tentado por meio da noção de movimentos tendenciais.

Em relação ao tema abordado, inúmeras perguntas continuam pendentes, e quem se propuser a elucidá-las estará contribuindo para desbravar - mesmo que parcialmente - os caminhos e as tendências que envolvem as relações entre diferentes nações. Sem dúvida, trabalhos que se baseiem em fontes primárias trarão novas luzes sobre o assunto.

Se num eventual leitor este trabalho suscitar dúvidas diversas, mais do que dogmáticas certezas, então, felizmente, ele terá logrado alcançar um de seus mais preciosos objetivos.

BIBLIOGRAFIA

ALBION, R. G.. British Shipping in Latin America. In: *Journal of Economic History,* n. XI, 1951, p. 361-374.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Coleção Redescobrimento do Brasil - 3. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

BELLOTTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A América Latina de Colonização Espanhola*. 2. ed., Coleção Nossa América - 1. São Paulo: Hucitec, 1991.

BERNSTEIN, Marvin D. (Ed.). *Foreign Investment in Latin America*. New York: Alfred A. Knopf, 1967.

BEYHAUT, Gustavo & BEYHAUT, Hélene. *America Latina*. Colección Historia Universal, v. 23. Madrid: Siglo XXI, 1986.

BORGES, Vera Hercília F. P.. *O que é história*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.v.I

BROWN, Jonathan C.. Dynamic and autonomy of a tradicional marketing system: Buenos Aires, 1810-1860. In: *Hispanic American Historical Review*. v. 56, n. 4, Aug. 1976.

BURNS, Edward McNall, LERNER, Robert E. & MEACHAM Standish. *História da Civilização Ocidental*. 30. ed.. Rio de Janeiro: Globo, 1989. v.2

BUSHNELL, David & MACAULAY, Neill. *El nascimiento de los países latinoamericanos*. Madrid: Nerea, 1992.

CANABRAVA, Alice. *O comércio português no Rio da Prata*. Coleção Reconquista do Brasil - 82. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

CARDOSO, Ciro F. Santana. *O trabalho na América Latina colonial*. Série Princípios - 33. São Paulo: Ática, 1985.

CASTRO, Terezinha de. *Retrato do Brasil:* Atlas Texto de Geopolítica. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.

CÉSAR, Guilhermino. *O contrabando no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: UCS-EST, 1978.

CEVALHOS, Pedro. *Factos e maquinações com que se preparou a usurpação da Coroa de Hespanha e dos meios e Maquinações que o imperador dos francezes tem posto em pratica para realizalla*. Lisboa: Impressão Régia, 1808.

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano:* a Guerra do Paraguai. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CORVISIER, André. *História Moderna*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1983.

DEWHURST, Kenneth & DOUBLET, Rex. Thomas Dover and the South Sea Company. In: *Medical History*. v. 18, n. 2, April 1974.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. São Paulo:Círculo do Livro, 1978.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Historia de las relaciones internacionales argentinas*. Buenos Aires: Pleamar, 1978.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Que fué el carlotismo*. Colección Esquemas Historicos, v. 5. Buenos Aires: Plus Ultra, 1971.

FERNS, H. S.. *Gran Bretaña y Argentina en el siglo XIX*. Biblioteca Dimensión Argentina. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1968.

FRANCO JR., Hilario & PAN CHACON, Paulo. *História Econômica Geral*. São Paulo: Atlas, 1987.

FRANK, André Gunder. *Acumulação dependente e subdesevolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil:* aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GALBRAITH, John Kenneth. *Uma breve história da euforia financeira*. Coleção Novos Umbrais. São Paulo: Pioneira, 1992.

GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O comércio ultramarino espanhol no Prata*. Coleção Khronos - 13. São Paulo: Perspeciva, 1982.

GAY, Peter. *O estilo na História*. São Paulo: Compa-

nhia das Letras, 1990.

GOEBEL, Julius. *La Pugna por las Islas Malvinas;* un Estudio da la Historia Legal e Diplomatica. London: Yale Univ. Press, 1950.

GRAHAM, Gerald Sandford. *The Navy and South America, 1807-1823*. London: Navy Records Society, 1969.

GRAHAM, Richard. *Britain and the Onset of Modernization in Brazil 1850-1914*. Cambridge Latin American Studies n. 4, reprinted in USA. New York: Cambridge Univ. Press, 1972.

GRAHAM-YOOLL, Andrew. *Pequeñas guerras británicas en America Latina*. Buenos Aires: Legasa, 1985.

GRAHAM-YOOLL, Andrew. *The Forgotten Colony:* a History of the English Speaking Communities in Argentina. London: Hutchinson, 1981.

GUINSBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais* - morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HAGGETT, Peter. *Geografía* - una síntesis moderna. Barcelona: Omega, 1988.

HANKE, Lewis (General Editor). *The origins of the Latin American revolutions, 1808-1826*. Borzoi Books on Latin America. New York: Alfred Knopf, 1966.

HANSON, Simon. *Argentine meat and the British Market*. Palo Alto: Stamford Univ. Press, 1938.

HIRST, LLoyd. *Britons at Maldonado*. Col. Novus Orbis. Montevideu: Gomines, 1975.

HOUAISS, Antonio (Ed.). A Mãe Terra. In: *Atlas Mirador Internacional*. Rio de Janeiro: Britannica, 1975.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

HUDSON, E. R. B.. The British invasion of the River Plate. In: *The Army Quarterly and Defence Journal*. v. 71, n. 2, January de 1956.

HUMPHREYS, Robin Arthur. *British Consular Reports on the Trade and Politics of Latin America, 1824-1826*. Camdem Third Series - v. LXIII. London: Offices of the Royal Historical Society, 1940.

Inventário e análise da informação básica sobre recursos naturais - Bacia do Rio da Prata - Mapas Tópicos. OEA, 1975.

IRAZUSTA, Julio. *Influencia económica británica en el Río de la Plata*. Buenos Aires: EUDEBA, 1984.

KAPLAN, Marcos. *Formación del Estado Nacional en América Latina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1983.

KAUFMANN, William. *British policy and the independence of Latin America*. New Haven: Yale Univ. Press, 1951.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

KOSSOK, Manfred. *El Virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: La Pléyade, 1972.

LANG, James. *Conquest and commerce:* Spain and England in the Americas. New York: Academic Press, 1975.

Las Inversiones Extranjeras en America Latina. Instituto de Desarrollo Economico - Depto. de Asuntos

Económicos y Sociales. Nueva York, ONU-BIRD, 1955.

LEVENE, Ricardo. Vice-Reinado do Rio da Prata. In: *História das Américas*. São Paulo: Jackson, 1965. v. III.

LEVILLIER, R.. *Antecedentes de politica económica en el rio de la Plata*. Madrid: 1915. 2 v.

LEVINE, Andrew *et alii*. Marxismo e individualismo metodológico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 11, v. 4, outubro de 1989.

LIMA, Manoel de Oliveira. *História da civilização*. 13. ed. revista. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

LUCCOCK, John. *Notas sôbre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Biblioteca Histórica Brasileira - X, 2. ed. São Paulo: Martins, 1951.

LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas*. 1808-1826. 4. ed. Barcelona: Ariel, 1985.

MACEDO, Riopardense de. *Ingleses no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação, 1975.

MAHN-LOT, Marianne. *Una aproximación historica a la conquista de la America Española*. Barcelona: Oikos-Tau, 1977.

MANCHESTER, Alan K.. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MCEVEDY, Colin. *Atlas Histórico-Geográfico Universal*. Lisboa: Difel, 1987.

MCNEILL, William. *História Universal* - um estudo comparado das civilizações. Porto Alegre/São Paulo: Globo/Edusp, 1972.

MEJÍA, Héctor G. Ramos. *História de la Nación Argentina*. Buenos Aires:Ayacucho, 1945.

MOREIRA, Earle D. Macarthy. A Ilustração no Poder: Carlos III. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos* (separata). v. XIII, n. 2, dez. de 1987.

MULHALL, Michael George. *The English in South America*. Buenos Aires: Standard Office, 1878.

NOVAIS, Fernando. *A estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ORICO, Osvaldo. *Homens da América*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

ORSI, Rene. *História de la disgregación rioplatense* 1808- 1816. Buenos Aires: Peña Lillo.

ORTIZ, Raúl Scalabrini. *Politica británica en el río de la Plata*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1981.

PENHA, João da. *Períodos filosóficos*. São Paulo: Ática, 1987.

PEREIRA, Juan Carlos. *Introducción al estudio de la politica exterior de España* (Siglos XIX y XX). Madrid: Akal, 1983.

PRADO, Maria Ligia. *Formação das nações latino-americanas*. 3. ed. São Paulo: Atual, 1987.

REYNAUD, Alan *et alii*. *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986.

RIPPY, James Fred. *The rivalry of the United States and Great Britain over Latin America*. 1808-1830. Baltimore: J. Hopkins Press, 1929.

ROBERTS, Carlos. *Las invasiones inglesas del Río de la Plata, 1806-1807, y la influencia y organización de las provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Peuser, 1938.

ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente* - Introdução à América Latina. Coleção Base - 1. São Paulo:

Edusp, 1991.

RUIZ-GUIAZÚ, Enrique. *Lord Strangford y la Revolución de Mayo*. Buenos Aires: 1937.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira-MEC, 1978.

SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo*. Buenos Aires: Sopena, 1938.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Lisboa: Estampa, 1974.

SIDERI, Sandro. *Comércio e poder - colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Coleção Coordenadas. Lisboa: Cosmos, 1971.

SODRÉ, Nélson Werneck. *As razões da Independência*. Série Retratos do Brasil - 39, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SOMMI, Luis V.. *El monopólio inglés del transporte en Buenos Aires*. Buenos Aires: Editorial Problemas, 1940.

STEVENS, W. O. & WESTCOTT, A. *História do poderio marítimo*. Cia. Editora Nacional (não consta local e data).

STREET, John. *Gran-Bretaña y la independencia del río de la Plata*. Biblioteca America Latina - v. 2. Buenos Aires: Paidos, 1967.

TESTEMUNHA OCULAR, *Uma. Contribuições para a História da guerra entre o Brasil e Buenos Aires*. Biblioteca Histórica Brasileira - XVII. São Paulo: Martins, 1946.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.

VÁSQUEZ DE PRADA, Valentin. *História económica mundial*. V. II - da Revolução industrial à actualidade. Porto: Civilização, 1973.

VIANA, Francisco. *Argentina, civilização e barbárie*. Série História Viva. São Paulo: Atual, 1990.

WEBSTER, Charles K.. *Gran Bretaña y la independencia de la America Latina 1812-1830:* Documentos Escojidos de los Archivos del Foreign Office. Buenos Aires: Guilhermo Kraft, 1944. 2 t.

WEHLING, Arno. Um problema epistemológico iluminista: a sucessão histórica nos "Quadros de Ferro" do paradigma newtoniano. *Revista da SBPH*, n. 6, 1991.

WHITBECK, R. H. & WILLIAMS, Frank E. *Economic Geography of South America*. New York: MacGraw-Hill, 1950.

WHITE, Hayden. *Meta-História* - a imaginação histórica do século XIX. Coleção Ponta, v. 4. São Paulo: Edusp, 1992.

Britânicos no Prata, do Fernando Camargo, é uma obra que cativa. A gente, simplesmente, tem de se deixar levar pelos *caminhos da hegemonia*...

Explorando os matizes e os liames que interligam a rede de diferentes personagens no palco da região em estudo, o autor revela, com requintes de sutileza, uma outra face da História. Não mais aquela *engessada, passada*, componente e cristalizada dos bancos escolares. É antes, esta do livro, uma História *viva palpitante, que se move e que nos move*. Ainda hoje.

Escrita numa linguagem fluida, líquida e transparente como as águas daquele tempo, a obra foge do convencional e, talvez, até à apreensão daqueles que a tradicional História estão acostumados. Num crescendo de relações e implicações, Fernando Camargo revela as tramas e ações que compuseram aquele cenário da nossa América, que ora se deixam captar, ora resvalam por entre os dedos, como a água...

Britânicos no Prata, caminhos da hegemonia é uma obra que não responde, mas que interroga, esgotando o processo típico das ciências, especialmente da histórica. Embarcando nessa leitura, vai-se Prata afora, descobrindo, conhecendo, investigando, mas com sabor de viagem, cujo guia nos encanta com aspectos curiosos e atípicos, tão pouco privilegiados em nossos acadêmicos livros de História.

Maria Emilia Lucatelli

ISBN 85-86010-10-3

UPF
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO